

# Creches e pré-escolas: diagnóstico das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis\*

Eloisa Acires Candal Rocha\*\*

João Josué da Silva Filho\*\*

**Resumo:** A Educação Infantil, no Brasil, tem se caracterizado pela diversidade das Instituições que trabalham com as crianças de 0 a 6 anos de idade. O objetivo desta pesquisa foi justamente o de fazer uma aca-reação desta diversidade, tomando como campo de pesquisa o município de Florianópolis. Com esta intenção, procedemos a um levantamento da situação, o qual foi organizado em três grandes frentes: 1) *O perfil da Instituição*; 2) *O perfil do Educador*, e 3) *O perfil do trabalho* realizado nas Instituições. Tal levantamento foi realizado através de questionários (4 módulos: cadastro, profissionais, trabalho docente e rotinas das instituições) e envolveu cerca de 20% das instituições cadastradas (em 1991) nos órgãos do governo responsáveis por isto. A amostra de 20% (40 instituições) foi estratificada por dependência administrativa e selecionada aleatoriamente dentro de cada estrato. O levantamento iniciou-se em outubro de 1992 com um estudo exploratório e encerrou-se em dezembro de 1994 com a anotação descritiva da rotina que cada instituição seguia em seu cotidiano de trabalho. Neste artigo apresentamos o conjunto dos dados coletados e analisados sobre as principais características da educação infantil em Florianópolis, relacionadas com diversas pesquisas sobre o assunto no Brasil.

---

\* Pesquisa concluída em dezembro de 1995.

\*\* Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação de 0 a 6 anos.

\*\*\*Este projeto obteve financiamento parcial do FNDE e contou com uma bolsista de Iniciação Científica CNPq, em sua primeira fase. O financiamento aprovado pelo INEP, em 1993, não chegou a ser repassado para os beneficiários.

**Abstract:** Brazil's early childhood education has been characterizing for the diversity of the Institutions that work with the children of 0 to 6 years of age. The objective of this research was exactly doing a examination of this diversity, taking as research field the municipal district of Florianópolis. With this intention, we proceeded to a survey of the situation organized in three great fronts: 1) the profile of the Institution; 2) the Educator's profile; and 3) the profile of the work accomplished in the Institutions. Such survey was accomplished through questionnaires (4 modules: cadaster, professionals, educational work and routines of the institutions) and it involved about 20% of the institutions assessed (in 1991) in the organs of the government responsible persons for this reason. The sample of 20% (40 institutions) was inside stratified for administrative dependence and randomly selected of each stratum. The survey began in October of 1992 with na exploratory study and it closed up in December of 1994 with the descriptive annotation of the routine that each institution proceeded in its daily. In this article we presented a report of the collected data and we analyzed the main characteristics of the early childhood education in Florianópolis, placing them in the perspective of the discussions joined in several other research instances on the subject in Brazil.

## **1 Introdução**

Para falar em educação infantil no Brasil, hoje, precisamos tomar como ponto de partida a construção de um certo entendimento comum a respeito deste tema. De nosso ponto de vista, tal entendimento se encontra refletido na Constituição Federal de 1988 e no projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional ( Projeto Cid Sabóia) que, à época deste relatório, estava em tramitação no Congresso. Quer dizer que, apesar de algumas vozes em contrário, reiteramos a necessidade da afirmação, no texto legal, da importância social e do caráter educativo das instituições de educação infantil.<sup>1</sup>

Porém, se parece termos chegado a algum consenso sobre a educação infantil como espaço educativo, o mesmo não acontece em relação à definição do que isso significa e de como deve ser viabilizada esta possibilidade junto às crianças de 0 a 6 anos de idade. Afirmar que a creche e a pré-escola<sup>2</sup>, além de desempenharem um papel social específico na sociedade industrial contemporânea, definem-se como um

local onde deve prevalecer a intencionalidade e a sistematização do trabalho realizado junto à criança, parece estar longe de configurar-se como um consenso e uma obviedade. A questão da caracterização deste espaço educativo e a definição de critérios mínimos para a qualidade do atendimento prestado às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos permanecem como desafios.<sup>3</sup> Um aspecto básico para tal caracterização reside na compreensão das diferenças existentes entre os espaços distintos de educação da criança pequena. Em nosso entender, não podemos negar que o que diferencia o âmbito institucional do âmbito doméstico e familiar é, sobretudo, o fato de que, no âmbito institucional, as crianças podem compartilhar um espaço coletivo de relações (físicas, sociais e culturais) múltiplas e algo distintas do âmbito familiar. Ainda mais: no espaço institucional pode-se estabelecer uma organização específica para a educação de crianças em grupo, viabilizada pela contratação de profissionais que atendam suas necessidades, a partir da delimitação de objetivos que se pretendam aí realizar de acordo com interesses política e socialmente determinados. Temos a compreensão de que a definição de tais objetivos vincula-se ao sentido educativo atribuído tanto à creche quanto à pré-escola, bem como à concepção que se tem de criança e dos processos de desenvolvimento e aprendizagem na infância. Isto para falarmos apenas dos fatores que vão além dos fatores de ordem social.

Os diferentes entendimentos acerca do papel da instituição de educação infantil definem, pois, o caráter dessas instituições, o perfil do profissional que ela contrata e procura moldar o próprio trabalho que ali se realiza, resultando, igualmente, em diferentes configurações curriculares (ou na “ausência” das mesmas) e em formas peculiares de formação do educador infantil, seja de caráter regular ou em serviço. Vários diagnósticos têm apontado para a diversidade destas instituições: Rosenberg (1991), Campos (1993), Brasil (1989), etc. O objetivo de nossa pesquisa (O caráter da educação infantil em Florianópolis) foi justamente o de fazer o levantamento dessa situação no município, de modo a propiciar subsídios para uma compreensão e intervenção mais conseqüentes.

Nesse sentido, desde 1990 vem se organizando, junto ao Centro de Ciências da Educação, um “Núcleo de Estudos da Educação de 0 a 6 anos”. O intuito é consolidar um espaço de reflexão que possibilite o avanço do conhecimento e das discussões entre os educadores e pes-

quisadores que têm desenvolvido seu trabalho em diferentes instituições (Prefeitura, Secretarias de Educação, Universidades, etc.) nesta modalidade de ensino.<sup>4</sup>

As pesquisas realizadas na região (Florianópolis e São José) por Rocha (1989) e Cerizara (1990) têm indicado a necessidade de um conhecimento mais amplo e aprofundado a respeito do caráter da educação de 0 a 6 anos ofertadas pelas diversas instituições de educação infantil, tanto públicas quanto privadas. Há necessidade de melhor conhecer as características da clientela que atendem, o trabalho que desenvolvem, as condições que oferecem e o “perfil” do profissional que atua nessas instituições. Nessa direção foi que se organizou (em 1991) o projeto de pesquisa “O caráter da Educação de 0 a 6 anos em Florianópolis”, a partir dos seguintes objetivos :

1. aprofundar o conhecimento sobre as instituições que ofertam educação infantil (0 a 6 anos) em Florianópolis;
2. subsidiar a elaboração de políticas para a área;
3. subsidiar o trabalho de formação de educadores nos diversos níveis: graduação, pós-graduação e formação em serviço.

Com essas intenções, a pesquisa desenvolveu-se em três grandes frentes<sup>5</sup>:

1. **Perfil da instituição:** englobando o levantamento do perfil das instituições que atendem as crianças de 0 a 6 anos no aspecto educacional e a caracterização destas instituições a partir de uma amostra (20%).
2. **Perfil do educador que trabalha nessas instituições:** envolvendo o levantamento de dados sobre o profissional que atua diretamente com crianças e aquele que trabalha na orientação e organização da escola e do trabalho docente, buscando uma caracterização geral.
3. **Perfil do trabalho:** englobando o levantamento e a análise das práticas educativas desenvolvidas, segundo relato da instituição<sup>6</sup>.

Paralelamente a essas atividades marcadas pela ida a campo, realizavam-se reuniões de caráter mais teórico, onde buscávamos definir nosso referencial de análise, tendo em vista a investigação da realidade.

Colocamos claramente a realização dessa pesquisa de caracterização como a construção de uma base de dados sobre a qual pode-

rão ser desenvolvidos projetos de aprofundamento<sup>7</sup> nas diversas dimensões que compõem a instituição educativa (social, política, antropológica, psicológica e pedagógica), dando, assim, maior visibilidade à realidade pesquisada.

Desde a elaboração dos instrumentos de coleta (formulários para coleta de dados e questionários), até a descrição dos dados e a análise interpretativa, procuramos refletir nosso posicionamento sobre o objeto pesquisado.

Sendo a *creche* e a *pré-escola*<sup>8</sup> espaços que, apesar de distintos em sua definição e origem, têm assumido funções, ora conjuntas, ora complementares, ora indistintas em suas atividades, nosso entendimento é de que se caracterizam fundamentalmente como *instituições educativas*. Nessa mesma perspectiva entendemos que todas os trabalhadores dessas instituições são profissionais que exercem funções integradas e complementares, voltadas para o cuidado e a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. Contudo, levando-se em conta as singularidades da educação na infância, a qual exige a atuação conjunta de múltiplos profissionais, faz-se necessário uma distinção:

*Todos são trabalhadores da educação mas não necessariamente profissionais da educação já que não é o local de trabalho que define a profissão mas sim, as relações para as quais são os profissionais preparados (Freitas, 1992:9).*

Como tais, esses profissionais (da educação, da saúde, da administração, etc.) têm direito a formação qualificada, enquadramento profissional, remuneração compatível e formação em serviço que possibilitem um desempenho profissional e consolidem interações pedagógicas voltadas para os objetivos educacionais de uma instituição que busca a qualidade em seus serviços, quais sejam: o desenvolvimento infantil, o estabelecimento de relações educativas, de relações interpessoais e de relações com a cultura. Contudo, apesar de as intenções de trabalho com qualidade se apresentarem explícitas em programas e propostas, não raro o trabalho realizado por essas instituições educativas e por seus profissionais está marcado pela existência de relações contraditórias convivendo no mesmo espaço: cuidado e educação; desenvolvimento e aprendizagem; individual e coletivo; expressão e criação; cultura e

diversidade cultural; jogo e trabalho; objeto do conhecimento e sujeito do conhecimento; etc.

A discussão desses pressupostos e a aproximação com o real resultou na necessidade de um (re)conhecimento do cotidiano das escolas, motivo pelo qual optamos por executar um levantamento da organização cotidiana existente (rotinas diárias) nas instituições selecionadas em nossa amostra. Consideramos que o levantamento da rotina geral da instituição e de cada faixa etária poderia nos auxiliar na construção de parâmetros mais definidos para o desenvolvimento de projetos posteriores.

No presente relatório nos propomos a apresentar a descrição dos resultados relativos ao levantamento realizado, bem como as análises que eles possibilitam realizar, apontando, a seguir, tanto os limites do processo e dos resultados conseguidos, quanto as perspectivas de aprofundamento científico do objeto ora estudado.

## **2 Procedimentos**

A pesquisa *O caráter da Educação de 0 a 6 anos no Município de Florianópolis* realizou, inicialmente, o levantamento dos dados junto às instâncias mantenedoras e às instituições, buscando delimitar o universo total do atendimento em creches e pré-escolas no ano de 1992.

Foram cadastradas um total de 249 instituições, das quais 195 permaneciam em atividade no período pesquisado (1993/1994). O total de instituições ativadas constituiu-se na base sobre a qual delimitou-se uma amostra numa proporção de aproximadamente 20% do universo, estratificada de acordo com os segmentos: estadual, municipal, federal, particular, comunitária, domiciliar e sindical.

A categorização dos segmentos levou em conta, fundamentalmente, a identificação do responsável principal pela administração e diferenciou a administração particular, com fins lucrativos, (cujas instituições chamamos Particulares); a administração particular, sem fins lucrativos e/ou de utilidade pública sem vínculo com o Estado (cujas instituições chamamos não governamentais) e a administração com vínculo com o Estado (cujas instituições chamamos Públicas federais, estaduais e municipais).

Figura 1: Gráficos 1, 2 e 3 – Distribuições das instituições

## INSTITUIÇÕES CADASTRADAS

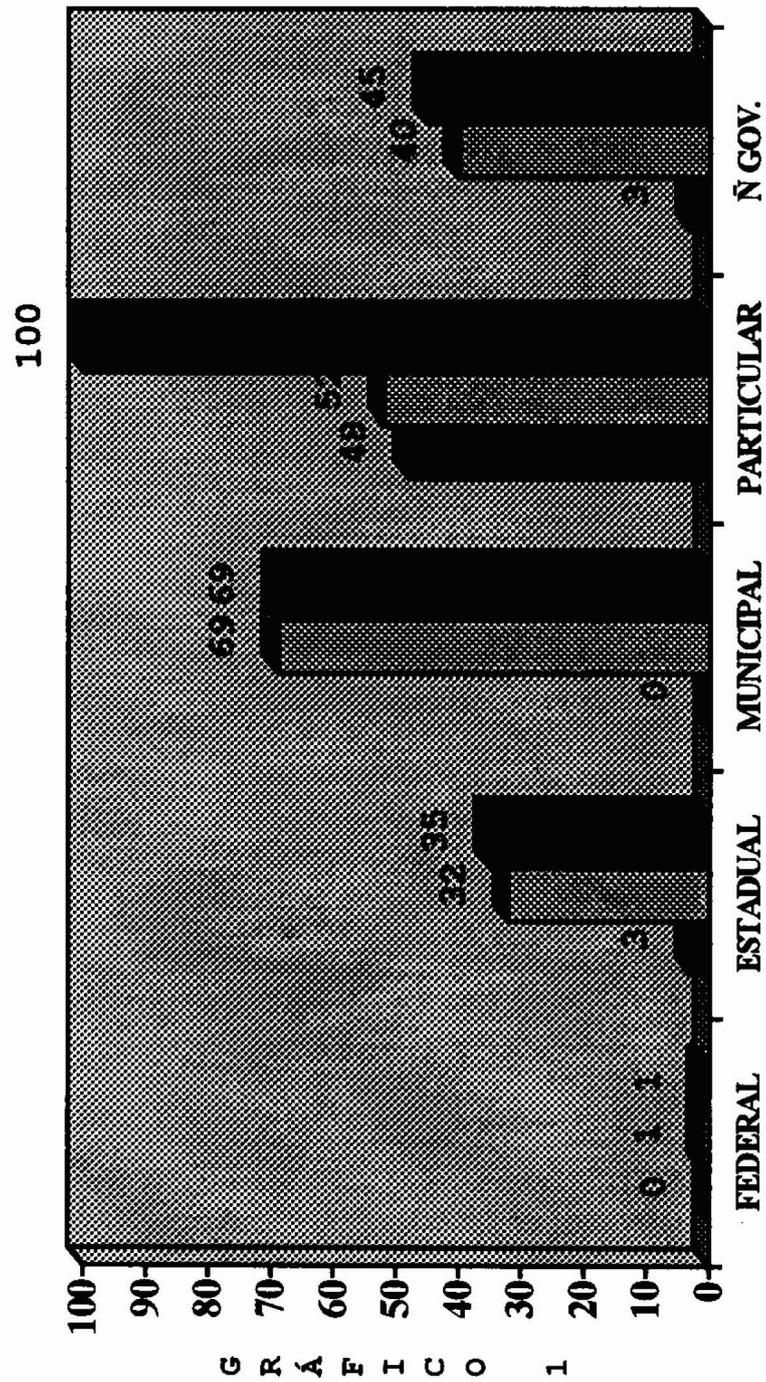
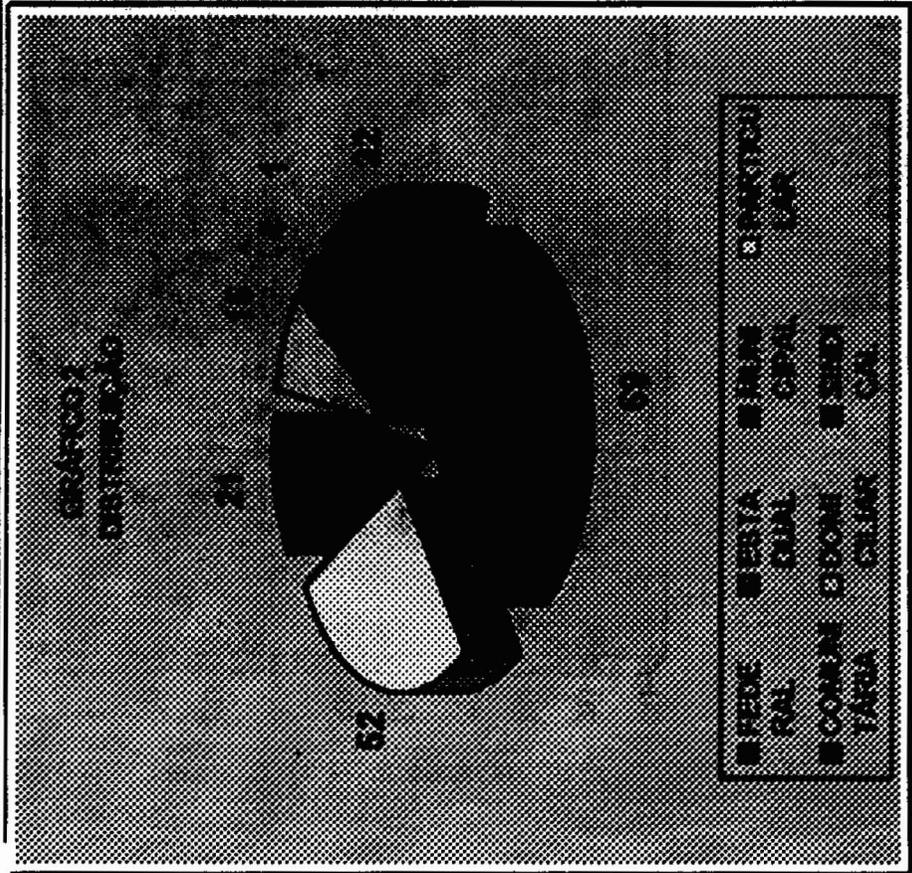
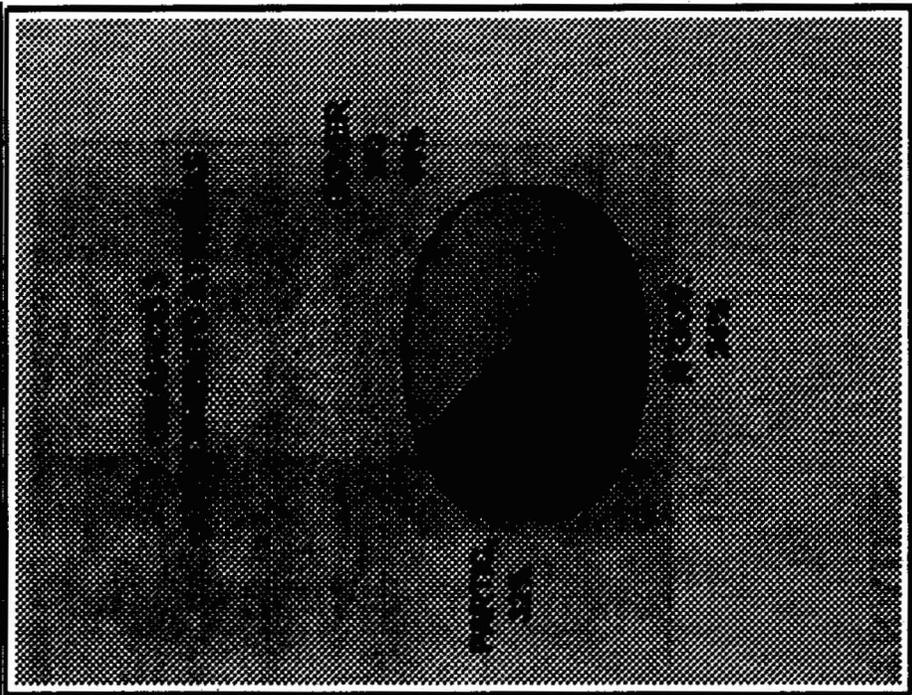


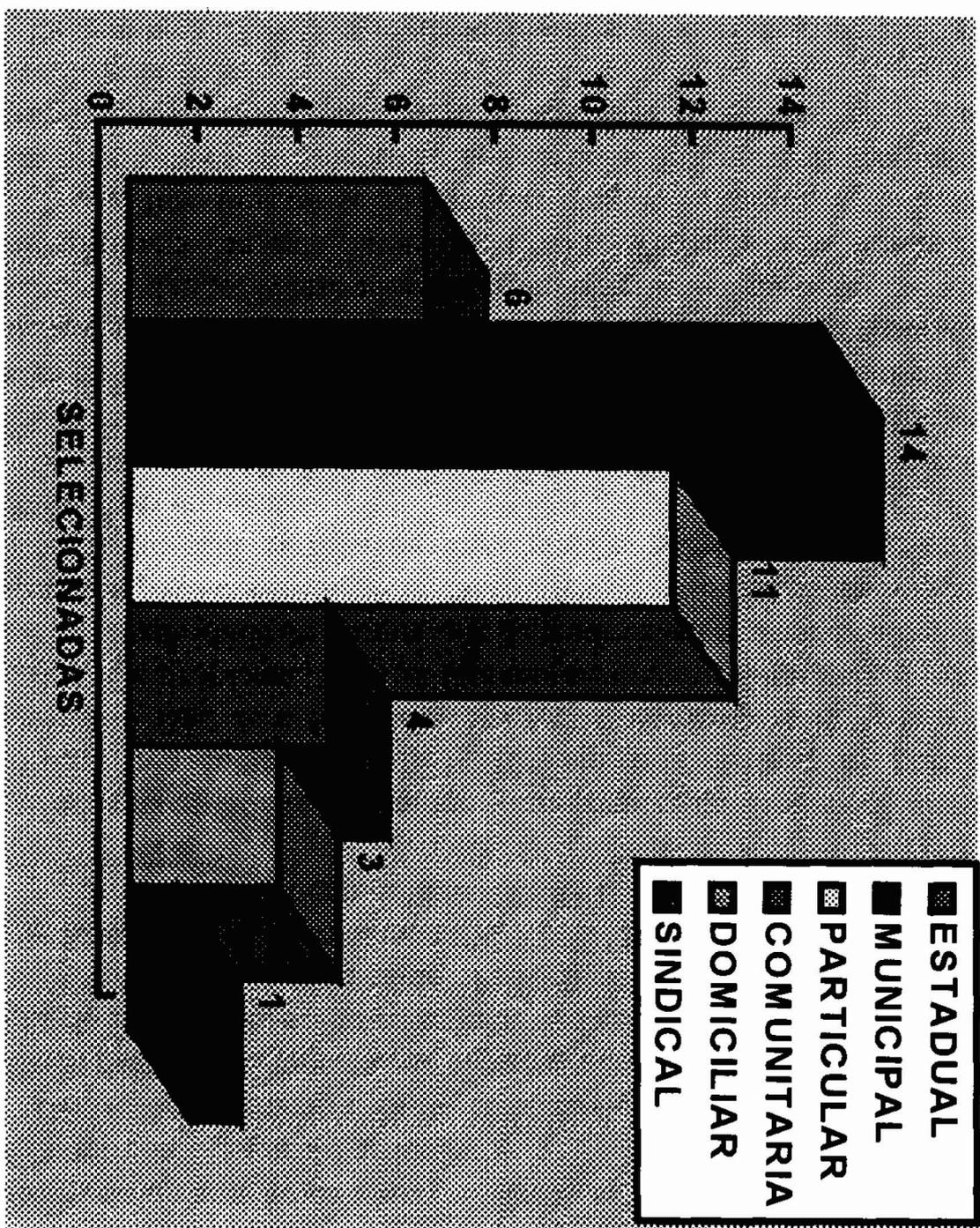
Figura 1 - Gráficos 1, 2 e 3

INATIVAS=54 \* ATIVADAS=195 TOTAL=249



FONTE: SME - FEN, SEE - SC, LBA, AFTOV - FIN.

Figura 2: Gráfico 4 – Escolas da amostra



Os dados iniciais de oferta/atendimento foram coletados junto aos próprios órgãos mantenedores: Legião Brasileira de Assistência, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Associação Florianopolitana de Voluntárias (AFLOV), tendo como base principalmente o ano de 1991. No caso de algumas escolas particulares, em que não foi permitido o acesso dos pesquisadores, houve novo sorteio aleatório e substituição na amostra. Todas as substituições (em número de 4) foram na categoria Particular.

Dentro dessa amostra foram coletados dados a partir de três formulários próprios, compostos de algumas questões dirigidas ao responsável pela instituição, sendo os seguintes, a saber:

- formulário 1, denominado “PERFIL DA INSTITUIÇÃO”;
- formulário 2, denominado “PERFIL DO PROFISSIONAL”;
- formulário 3, denominado “PERFIL DO TRABALHO DO-CENTE”.

Todas as atividades de campo foram realizadas através de visitas (com uma frequência média de 3 (três) em cada instituição), participando dessa fase de coleta de dados todos os membros do grupo de pesquisa. Os problemas com os financiamentos dificultaram em grande medida a atividade de campo, que dependia basicamente da alocação de recursos para contratação de auxiliares de pesquisa. Sendo assim, logo no início esta parte ficou praticamente parada por não termos recebido financiamento.

Em maio de 1992, o grupo resolveu levar adiante um estudo exploratório (de caracterização de instituições integrantes e não integrantes da amostra definida) que permitisse preparar alguns dos instrumentos para o levantamento de dados e programar um gerenciador de banco de dados. Nesse momento, envolveram-se na pesquisa alunos de algumas das disciplinas do curso de Pedagogia ofertadas em 92.2. Nessa fase buscou-se aprofundar o estudo exploratório, fazendo um ajuste dos instrumentos e dos estudos preliminares, enquanto continuávamos gestionando, junto às agências financiadoras, algum aporte de recursos.

Em outubro de 1992, conseguimos levar a campo o estudo exploratório junto às várias instituições (em torno de 20, com a ajuda das alunas da 7a. fase do curso de Pedagogia – Habilitação Pré-Escolar). Realizamos a coleta de dados junto às entidades administradoras e também procedemos a uma

primeira organização dos dados para a alimentação do computador. Esses passos serviram para aprimorar nossos estudos e análises, aprofundar a testagem dos instrumentos e da estrutura do banco de dados, bem como para a preparação de alguns trabalhos escritos.

Em 1993, o grupo ampliou-se com a adesão de mais 2 alunas (1 bolsista estagiária monitora e 1 sem vínculo), 3 professoras do NDI e 1 professora substituta do MEN. Dessa forma, apesar do não aporte de recursos, foi possível dar início à aplicação dos questionários nas instituições da amostragem (maio/93) e, apesar das diversas dificuldades para a realização do trabalho (principalmente no acesso à rede particular), na maioria das escolas foi possível terminar a primeira etapa da pesquisa (a aplicação dos 3 formulários com os “perfis” a serem investigados).

Finda essa etapa, permanecia a necessidade de um (re)conhecimento do trabalho realizado e do cotidiano das instituições, motivo pelo qual optamos por complementar os dados com um levantamento de rotinas de trabalho em toda a amostra. Esse levantamento seguiu um roteiro (ver em anexo) que, após uma etapa preliminar de testagem do instrumento (onde se envolveram novamente alunos da Pedagogia), foi realizado da seguinte forma: um levantamento geral (da instituição, independente do número de grupos ou crianças) e um para cada agrupamento de faixa etária (0/2, 2/4 e 4/6 anos).

Foram finalizados os levantamentos em 30 instituições durante o ano de 1994, os quais auxiliarão na construção de parâmetros mais definitivos para projetos posteriores, que visem principalmente a avaliação da qualidade e o caráter pedagógico das práticas realizadas nas creches e pré-escolas.

### **3 Características gerais do atendimento**

#### **3.1 A situação da população de 0 a 6 anos**

Hoje são várias as fontes que nos permitem delinear um panorama sobre a situação da população de 0 a 6 anos no Brasil, em seus Estados e Municípios. Apesar de ainda existirem problemas nas coletas realizadas nacionalmente, sobretudo quanto à delimitação da faixa etária e modalidades de serviços educacionais formais e não formais, já podemos ter claros indicativos da atuação nesta população específica.

Além dos levantamentos realizados pela Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição – PNSN, em 1989, e fundamentalmente pelo Censo Demográfico de 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos contar com os levantamentos do próprio Ministério de Educação (Serviço de Estatísticas), realizados via Censo Educacional. Este último, que também apresenta problemas por basear suas fontes apenas nos serviços considerados formais, ou seja, pertencentes aos Sistemas de Ensino, pode ser usado como referencial para efeitos de cruzamento e complementação de informações.<sup>10</sup>

Pelo último censo, a população de 0 a 6 anos em Santa Catarina atingia 15,5% da população total do Estado (4.541.994), ou seja, cerca de 704 000 crianças. Destas, sabe-se que não menos do que 54,7% (aproximadamente 385 000) vivem em domicílios urbanos com esgotos inadequados e 48,9% estão em domicílios cuja renda do chefe de família não ultrapassa dois (2) salários mínimos. O Estado apenas se diferencia pelo padrão de abastecimento de água, que atinge índices de inadequação de 8,3% (o menor do Brasil).

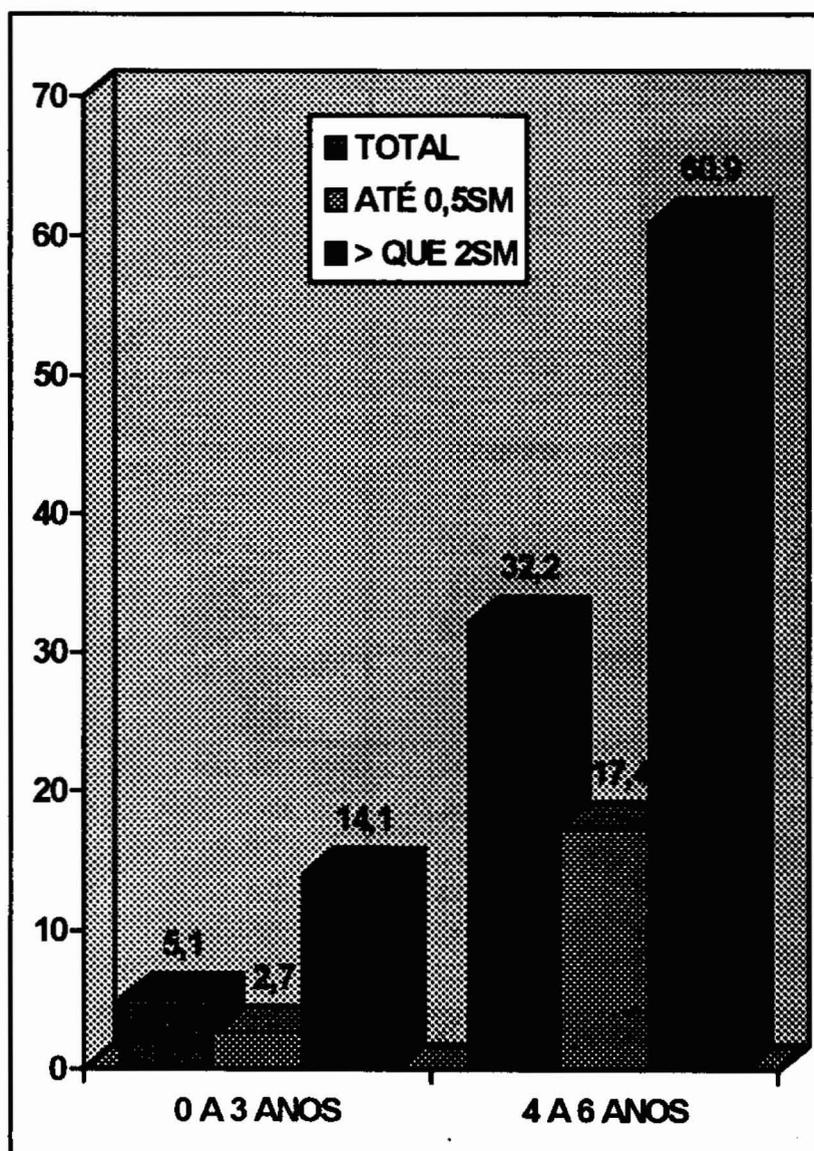
O próprio PNSN (1989) revela como modesto o crescimento de renda do país na década de 80. Além disto, sua distribuição desigual teve como consequência resultados nocivos à população, principalmente às crianças e adolescentes que, em 1990, atingiam índices de 58,2% em situação de pobreza. “Os resultados desta situação de pobreza tem efeito direto sobre a vida das crianças nos seus aspectos mais fundamentais: saúde, nutrição e educação”. (p.11). Na capital do Estado, Florianópolis, a situação não é muito diferente. O percentual de crianças de 0 a 6 anos em domicílios urbanos com esgoto sanitário **inadequado** atinge 47,3%, enquanto que o abastecimento **inadequado** de água, atinge 10,7% de crianças em domicílio urbano (IBGE, 1991). Nesse contexto, grande parte das crianças vive em domicílios cuja renda do chefe da família se concentra entre 1 e 2 salários mínimos (42,7%) (IBGE, 1991).

Na mesma década o atendimento a crianças de 0 a 6 anos teve uma “grande” expansão, não atingindo, contudo, mais do que 17% das crianças de 0 a 6 anos freqüentando alguma creche ou pré-escola, com níveis bastante diferenciados para cada uma das modalidades: apenas 5% das crianças entre 0 e 3 anos e pouco mais de 32% das crianças entre 4 e 6 anos (para 2,3% e 24,9%, respectivamente, em 1982). Some-se a este reduzido atendimento o fato de que, até 1989,

são as crianças de famílias de maior rendimento as que mais têm acesso às creches e pré-escolas no Brasil.

**Taxa de freqüência à creche, maternal e pré-escola  
crianças de 0 a 6 anos  
por rendimento mensal per capita**

**Figura 3: Gráfico 5 – Taxa de freqüência à creche**



**Brasil: Educação Infantil**  
**População de 0 a 6 anos nos municípios das capitais – 1991**

Tabela 1: População de 0 a 6 anos, capitais

	TOTAL	NA PRÉ-ESCOLA*	
ARACAJU	61.256	20.208	32,99
BELEM	186.017	17.423	9,37
BELO HORIZONTE	267.730	47.643	17,8
BOA VISTA	26.724	4.152	15,54
BRASILIA	245.353	42.608	17,37
CAMPO GRANDE	82.625	10.450	12,65
QUIABA	66.896	8.916	13,33
CURITIBA	176.151	28.635	16,26
FLORIANOPOLIS	34.090	13.651	40,04
PORTALEZA	284.552	52.766	18,54
GOIANIA	129.973	11.358	8,74
JOÃO PESSOA	76.092	13.216	17,37
MACAPA	37.084	8.087	21,81
MACEIO	97.727	13.640	13,96
MANAUS	172.766	24.141	13,97
NATAL	93.950	23.413	24,92
PALMAS	4.735	256	5,41
PORTO ALEGRE	152.408	23.135	15,18
PORTO VELHO	56.483	7.521	13,32
RECIFE	180.988	47.205	26,08
RIO BRANCO	36.882	3.686	9,99
RIO DE JANEIRO	615.751	93.605	15,28
SÃO LUIS	116.287	39.393	33,88
SÃO PAULO	1.254.047	248.125	19,79
SALVADOR	296.853	28.828	9,74
TERESINA	104.701	24.923	23,8
VITORIA	34.055	7.273	21,36

Fonte: IBGE/Censo de 1991 e MEC/CPS/SEEC

\* Obs.: Não inclui as crianças maiores de 6 anos matriculadas no pré-escolar, nem as menores de 7 anos atendidas no ensino fundamental.

**Brasil: Educação Infantil**

**População de 5 e 6 anos nos municípios das capitais – 1991**

**Tabela 2: População de 5 e 6 anos, capitais**

	TOTAL	NA PRÉ-ESCOLA*	
ARACAJU	18.276	11.370	62,21
BELEM	54.706	10.841	19,82
BELO HORIZONTE	76.914	36.649	47,65
BOA VISTA	7.728	1.704	22,05
BRASILIA	70.710	32.481	45,94
CAMPO GRANDE	23.745	7.896	33,25
CUIABA	19.703	7.162	36,35
CURITIBA	50.203	18.856	37,56
FLORIANOPOLIS	10.027	6.676	66,58
FORTALEZA	83.142	30.640	36,85
GOIANIA	37.426	5.761	15,39
JOÃO PESSOA	22.178	7.261	32,74
MACAPA	10.911	6.536	59,9
MACEIO	28.462	9.192	32,3
MANAUS	52.406	12.897	24,61
NATAL	27.507	14.779	53,73
PALMAS	1.341	620	46,23
PORTO ALEGRE	44.327	16.477	37,17
PORTO VELHO	16.281	5.483	33,68
RECIFE	52.984	26.397	49,82
RIO BRANCO	10.620	3.168	29,93
RIO DE JANEIRO	179.984	40.393	22,44
SÃO LUIS	34.510	26.239	76,03
SÃO PAULO	370.629	180.579	48,72
SALVADOR	94.823	16.467	17,37
TERESINA	31.087	14.633	47,07
VITORIA	10.207	4.319	42,31

Fonte: IBGE/Censo de 1991 e MEC/CPS/SEEC

\* Obs.: Não inclui as crianças maiores de 6 anos matriculadas no pré-escolar, nem as menores de 7 anos atendidas no ensino fundamental.

É interessante observar ainda em relação à situação geral do atendimento que, quanto maiores as crianças, maiores os índices de atendimento. As chamadas pré-escolas (que antecedem a 1ª série do 1º grau) chegam a atender a mais de 50% da população de 5 a 6 anos de idade, em média, a nível nacional. Já em Santa Catarina, numa estimativa de cerca 701.693 crianças na faixa de 0 a 6 anos, 155.954 estavam na pré-escola<sup>11</sup> em 1994, ou seja, 22,23% da população infantil (MEC, 1994:22); sendo que, destas crianças, 200.244 têm entre 5 a 6 anos (47,64%). Florianópolis figura entre as capitais do país que apresentam a maior taxa de atendimento à população infantil de 0 a 6 anos de idade: 40,04%, ou seja, das 34.090 crianças da capital, 13.651 (40,04%) estão matriculadas em alguma instituição. E entre as crianças de 5 a 6 anos (10.027), 66,58% estão na pré-escola, de acordo com o MEC/CPS/SEEC e IBGE (censo de 1991) (Brasil, 1994). Veja tabelas ilustrativas.

O censo de 1991 apresentou os seguintes levantamentos sobre a População de 0 a 6 anos no Município de Florianópolis:

**Tabela 3: População de 0 a 6 anos, Florianópolis**

Idade	0 anos	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total
<b>População por faixa etária</b>	4.606	4.653	5.021	4.879	4.904	5.059	4.958	34.090

Fonte: IBGE/CENSO 1991

Do total de crianças (34.090), 27,2% concentra-se na faixa entre 0 e 2 anos de idade (9.259); 29,0% na de 2 a 4 anos (9.500); e 43,8% na de 4 a 6 anos (14.931).

### 3.2 Características gerais do atendimento

A partir dessas informações e da coleta de dados cadastrais feita inicialmente, a presente pesquisa passou a coletar dados de atendimento, tomando como fonte direta as instituições integrantes da amostra (20% do universo), com base nos itens do Módulo 1. Desse trabalho resultaram os índices de atendimento (estimados por amostragem), no conjunto e por categorias, de forma estratificada (particular, estadual, municipal, etc.)<sup>12</sup>.

Tabela: 4 – População X Oferta em Florianópolis

POPULAÇÃO INFANTIL EM FLORIANÓPOLIS										
POPULAÇÃO X OFERTA EDUCAÇÃO INFANTIL (oferta estimada por amostragem) **										
EXE. IDADE	POPULAÇÃO	COBERTURA DA POPULAÇÃO (OFERTA)	ESTRATIFICAÇÃO DA COBERTURA				EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO			
			n° creche	%	n° creche % oferta	estado	município	particular	comum	doméstic
anos < 2	9259	27,2%	705	7,6%	0,0%	2,5%	2,7%	0,8%	0,4%	1,3%
anos 2 < 4	9900	29,0%	3505	35,4%	0,0%	18,9%	7,9%	6,0%	0,8%	1,8%
anos 4 < 6	14931	43,8%	8605	57,6%	14,6%	26,7%	5,7%	9,5%	0,3%	0,9%
TOTAL	34090	100,0%	12815	37,6%	6,4%	17,8%	5,5%	6,1%	0,5%	1,2%

--- FONTE: LEVANTAMENTO NÚCLEO 1993/1994

Esses índices apresentaram indicativos que ora se aproximaram (em algumas faixas etárias) ora se diferenciaram dos levantamentos realizados nacionalmente em 1991. Em relação aos índices de atendimento, tínhamos-se um percentual geral de 40,44%, contrapondo-se a 37,6% (vide tabela 4) obtido na amostra (Fonte: IBGE/Censo 1991 e MEC/CPS/SEEC.)

Essas variações podem estar indicando um decréscimo nos índices de atendimento nos últimos três anos (91-94), ou apenas representam desvios da coleta, considerando que houve diferenças quanto ao período (ano base) da realização da mesma, que variou entre 1993 e 1994, enquanto o ano base dos dados oficiais é de 1991. Qualquer afirmação nesse sentido exigirá um novo levantamento histórico do atendimento junto às fontes no período de 1991 a 1994, para que se possa confirmar, ou não, esta tendência de queda observada nos dados que levantamos.

### 3.3 Caracterização institucional do atendimento

A partir do levantamento do Módulo 1, Cadastro da Instituição, foi possível caracterizar o atendimento às crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas, agrupando-as nos seguintes tipos:

1. **Estaduais:** Nesse caso, agruparam-se todas as instituições cuja dependência administrativa direta fosse de âmbito do Governo Estadual em sua totalidade classes vinculadas às escolas de 1o. grau da Rede Estadual de Ensino.
2. **Municipais:** Em instituições municipais agruparam-se tanto as “creches”, com atendimento em período integral para crianças de 0 a 6 anos, como os “NEI’s” – Núcleos de Educação Infantil com atendimento na faixa de 4 a 6 anos (em geral) – ambos com dependência administrativa direta do Governo Municipal.
3. **Particulares:** Incluíram-se todas as instituições mantidas pela iniciativa privada com fins lucrativos.
4. **Domiciliares:** Sendo esta uma modalidade específica (considerada não formal), foram incluídas aqui todas as instituições do tipo domiciliar que atendem crianças de 0 a 6 anos, cuja manu-

tenção se dá via conveniamentos com órgãos públicos federais, estaduais ou municipais.

5. **Comunitárias:** Modalidade em que se incluem todas as creches ou pré-escolas cuja manutenção se dá via organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que mantêm ou não conveniamentos com órgãos públicos.
6. **Sindical:** Instituições educativas – creches e/ou pré-escolas cuja mantenedora seja especificamente uma organização sindical – geralmente funcionando sem conveniamentos e sem fins lucrativos<sup>13</sup>.

### 3.4 Atendimento/instituições/faixas etárias

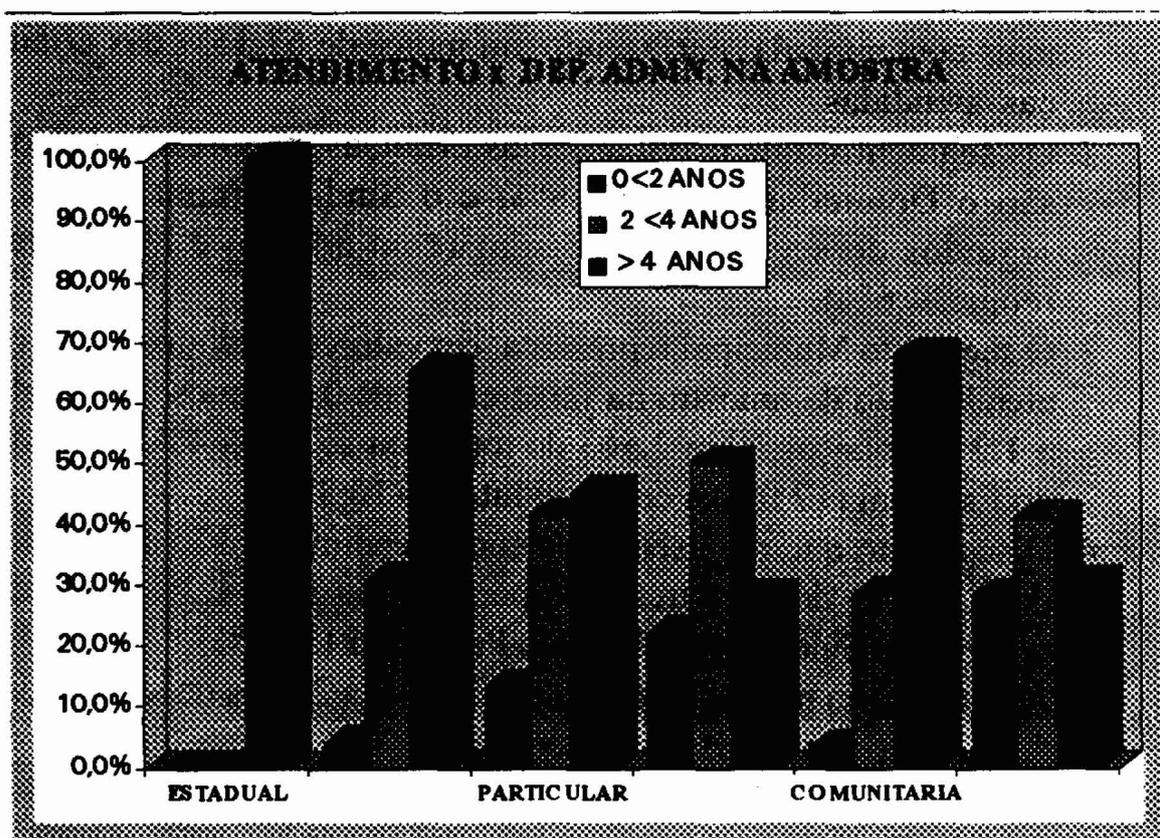
Caracterizadas as instituições e levantados os dados gerais do atendimento, é possível analisar a distribuição das crianças por faixa etária nas diferentes instituições, observando-se as seguintes **tendências** em relação ao atendimento:

1. O atendimento da modalidade Estadual concentra-se na faixa de 4 a 6 anos de idade, o qual é organizado em classes que funcionam junto às escolas de 1o. grau. Essa faixa etária é mais contemplada, perfazendo um índice de 67,15% das crianças atendidas.
2. Os segmentos que privilegiam as crianças menores de 4 anos são o Domiciliar (com 71,9%) e o Sindical (com 69,4%), seguidos do segmento Particular (com 54,7%) e Municipal (com 34,6%).
3. O segmento Municipal representa, em valores absolutos, o maior atendimento da amostra na faixa etária de 0 a 6 anos, chegando a 1.216 crianças, para 2.563 do total, ou seja, 47,4%, seguido do Estadual (17,0%) e do Comunitário (16,3%).
4. O segmento que representa o menor atendimento são as chamadas Creches domiciliares, que perfazem apenas 1,2% do total, seguido do Sindical (3,3%) e do Particular (14,7%).
5. A faixa etária menos privilegiada é a de 0 a 2 anos de idade, com 5,5% do total das crianças atendidas.

Veja tabela e gráfico ilustrativos a seguir.

Tabela 5: Gráfico 6 – Distribuição das crianças na amostra

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS NA AMOSTRA							
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E POR FAIXA ETÁRIA							
0 < 2 ANOS	0,0%	3,8%	13,2%	21,9%	3,4%	28,2%	6,50%
2 < 4 ANOS	0,0%	30,8%	41,5%	50,0%	28,5%	41,2%	27,35%
> 4 ANOS	100,0%	66,4%	45,3%	28,1%	68,1%	30,6%	67,15%
	435	1216	378	32	417	85	
% DE ATENDIMENTO	17,0%	47,4%	14,7%	1,2%	16,3%	3,3%	100%
ESTIMATIVAS UNIV.	2175	6060	1890	160	2085	425	12815



Desses indicadores podemos concluir que, apesar do atendimento à criança de 0 a 6 anos no Município de Florianópolis apresentar os maiores índices das capitais brasileiras, ainda mantém algumas das tendências não muito alentadoras observadas no quadro nacional.

Há uma concentração do atendimento nas faixas etárias mais próximas à escola regular de 1o. grau, de 4 a 6 anos de idade, seja por sua declarada importância quanto à “preparação” para a escola, seja pelo provável baixo custo que representam suas instalações junto a escolas já instaladas, sobretudo nas instâncias públicas. Os segmentos mais sensíveis ao atendimento de crianças menores de 2 anos são justamente aqueles cuja administração é mais próxima à população, seja por ela parcialmente geridas (**domiciliares**), seja por suas representações (**sindical**) ou pela iniciativa privada (**particulares**).

Apesar de haver uma demanda potencial para as crianças menores de 4 anos, ou menores de 2 anos, demanda esta nitidamente declarada nas lutas da população por melhores condições de vida e de trabalho, os sistemas públicos ainda mantêm um baixo índice de atendimento nessas faixas, sob a alegação de que são estas modalidades que representam custos mais elevados para sua manutenção, especialmente quando se trata de turno integral, exigindo uma diversidade e uma quantidade maior de profissionais, de recursos e de alimentação.

### **3.5 Atendimento/instituições/turnos de atendimento / distribuição dos agrupamentos**

De uma forma geral, o atendimento apresenta formas muito diversas de distribuição dos agrupamentos por faixa etária e turno de atendimento, assim como é variável o número máximo de crianças por grupo (que em cada faixa etária é estabelecido pelas próprias instituições).

Assim, veremos que os turnos são parciais (manhã e/ou tarde), ou integrais (funcionando o dia todo sem interrupção) e que, em geral, quando a instituição se restringe à faixa dos 4 aos 6 anos (pré-escolas), seu regime é parcial. Por outro lado, quando o atendimento contempla a faixa etária das crianças menores de 4 anos, metade das turmas funciona em regime integral.

De forma geral, os turnos se distribuem em 42,74% das turmas funcionando à tarde; 38,95% pela manhã e 18,31% em período integral, ou seja,

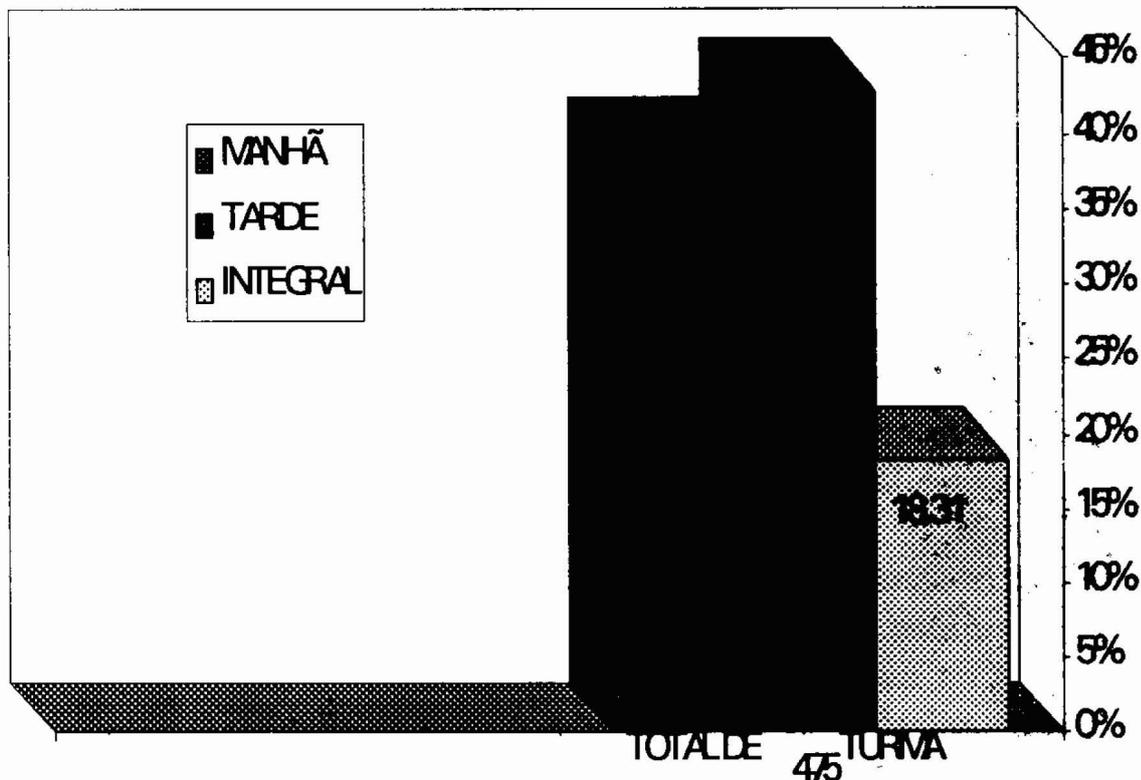
81,69% funcionam de forma parcial. Essas tendências, associadas aos dados referentes ao número de turmas das instituições nas faixas etárias, as quais se concentram nas faixas maiores de 4 anos (304 turmas de um total de 475), nos levam a concluir pela não priorização do atendimento para as

Tabela: 5 – Distribuição das turmas

DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS		0 < 2 ANOS		2 < 4 ANOS		> 4 ANOS	
DEP ADMIN							
ESTADUAL	9,60%	19	68%	10	35%	15	49%
MUNICIPAL	16,30%	34	120%	20	72%	20	65%
PARTICULAR	6,00%	21	73%	10	35%	10	32%
COMUNITÁRIA	19,60%	64	223%	2	7%	32	102%
DOMICILIAR	6,90%	4	14%	1	3%	2	6%
SINDICAL	1,20%	6	21%	2	7%	2	6%
<b>QUADRO SÍNTESE</b>		<b>GERAL</b>	<b>&lt; 2 ANOS</b>	<b>2 &lt; 4</b>	<b>&gt; 4 ANOS</b>		
Nº DE TURMAS		475	28	143	304		
MANHÃ		38,95%	0,90%	7,79%	31,18%		
TARDE		42,74%	3,58%	13,47%	53,42%		
INTEGRAL		18,31%	1,38%	9,28%	7,37%		
TOTAL PERCENTUAL		100,00%	5,89%	30,11%	64,00%		

Gráfico 7 – Distribuição das turmas

### DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS



para as crianças cujo período integral é imprescindível. A maior parte da população atendida “pode” utilizar os serviços institucionais por apenas meio período. Confirma-se assim a perspectiva apontada pelo PNSN (1989), que afirma serem as famílias de maior rendimento as que têm acesso e freqüentam creches e pré-escolas (veja a tabela 6 e o gráfico 7).

Devemos considerar que, mesmo no caso de Florianópolis e no caso deste estudo, no qual foram incluídas as alternativas “não formais”, essa tendência prevalece. Numericamente, entretanto, esse atendimento (não formal) não chega a ser significativo. A situação é ainda grave se nos detivermos nas faixas etárias menores (2 anos, por exemplo) onde, sem dúvida, a situação de miséria pode representar sérios problemas, pois são, como já vimos, 42,7% das crianças de 0 a 6 anos de idade que vivem em domicílios cuja renda familiar não ultrapassa os dois salários mínimos, e que não têm seus direitos fundamentais atendidos.

Percentualmente, as crianças menores de dois anos atendidas em período integral não atingem 2% (0,89) das turmas, e as menores de 4 anos não chegam a 10% (9,26%) das turmas no mesmo regime. É curioso observar ainda que a maioria das turmas (42,74%) funciona no período da tarde, considerando-se as três faixas etárias analisadas.

Ainda nesse item, é necessário salientar que na distribuição das turmas foi possível estimar um número médio de crianças por sala. Isso não significa que foi possível chegar a uma razão adulto/criança satisfatória. Apesar de terem sido computados os dados relativos aos profissionais que trabalham na creche e na pré-escola, no cômputo geral não é possível precisar essa relação, uma vez que não é padrão o número de adultos/profissionais em cada turma e nem um regime único de trabalho (conforme veremos a seguir).

Podemos estimar porém que, na faixa entre 0 e 2 anos, a média de crianças por adulto é de 13,06; na faixa entre 2 e 4 anos, 12,58; e na faixa de 4 a 6 anos, 23,38, o que perfaz uma média geral de 19,45 crianças por adulto. Nota-se um grande número de crianças nos “berçários” em proporção às turmas “maternais” (12,98), talvez em função daqueles comportarem dois ou mais profissionais na divisão do trabalho<sup>14</sup>. A segunda parte deste relatório procurará apresentar os resultados referentes aos dados coletados a respeito dos profissionais que atuam nas Instituições de Educação Infantil, além das características gerais do trabalho realizado em seu interior.

### **3.6 Critérios de seleção/ expectativa de vagas**

Ainda em relação ao atendimento, é importante lembrar que, por não ser obrigatória a matrícula, a demanda de vagas relativa a creches e pré-escolas não corresponde à totalidade da população nesta faixa etária. Sendo direito da criança, a oferta de educação infantil deve prever o acesso a todos os que demandarem interesse em usufruir deste direito. Mesmo nos países considerados desenvolvidos (como por exemplo: Itália, Suíça, etc...), a matrícula em creches e pré-escolas não é universalizada, uma vez que à política de atendimento à infância associam-se políticas sociais que garantem à família prover, educar e cuidar de seus filhos nos primeiros meses de vida, por meio de subsídios e licenças extensivas, tanto às mães quanto aos pais, por período que pode ultrapassar o primeiro ano de vida da criança.

Tabela 7: Critérios de Seleção

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA CLIENTELA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA						
DEPADM	SORTEIO	AVAL.SOC/E CON	ORDEN CHEG.	AVAL.COGN	OUTROS	SEM SELEC.
ESTADUAL	16,7%	0,0%	83,3%	0,0%	0,0%	0,0%
MUNICIPAL	0,0%	93,8%	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%
PARTICULAR	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	16,7%	16,7%
DOMICILIAR	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COMUNITÁRIA	0,0%	33,3%	50,0%	0,0%	16,7%	0,0%
SINDICAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2,56%</b>	<b>43,59%</b>	<b>41,03%</b>	<b>0,00%</b>	<b>7,7%</b>	<b>5,1%</b>

No Brasil, como vimos até aqui, a exemplo do que ocorre na capital do Estado de Santa Catarina, os espaços de atendimento à criança pequena são ainda insuficientes, especialmente nas faixas etárias menores e em instituições de período integral.

Na pesquisa realizada foram observados diferentes critérios de seleção das crianças para frequência em creches e pré-escolas, tendo em vista a insuficiência das vagas disponíveis em relação à demanda.

Apesar de não ter sido feito um levantamento da demanda real (o que exigiria uma pesquisa direta junto à população), pudemos levantar dois pontos a ela relacionados: a ociosidade e a expectativa de vagas em cada uma das faixas etárias, a partir da matrícula inicial referente ao ano de 1993, em cada um dos segmentos.

Constatou-se também que os principais critérios de seleção da criança, quando há insuficiência de vagas, são: a avaliação sócio-econômica, em 43,59% do total das instituições (entre municipais e comunitárias) e a inscrição por ordem de chegada, em 41,03% (entre as estaduais, particulares e domiciliares).

Apenas parte das instituições **particulares e sindicais** declararam não haver nenhum tipo de seleção.

Nas instituições municipais percebe-se, portanto, uma preocupação em privilegiar as crianças que pertençam a famílias com menor renda familiar. Já no segmento Estadual (igualmente de caráter público), há uma predominância para a abertura geral das inscrições sem caráter seletivo, podendo algumas vezes ocorrer sorteio

Na maioria dos casos há uma necessidade de estabelecimento de critérios para ingresso, tendo em vista uma procura maior do que a oferta de vagas. Os dados levantados, tendo como base as "listas de espera", ou seja, os registros de expectativa de vaga feitos pelos pais, mostraram que 533 crianças aguardavam vagas.

Este número registrado de casos de crianças não atendidas está assim distribuído entre os segmentos institucionais: 70 crianças de 4 a 6 anos no **estadual**; 315 crianças principalmente entre 0 a 4 anos e 148 crianças principalmente de 0 a 2 anos e maiores de 4 anos no **municipal**, não há registros de espera nos segmentos **particular, domiciliar e sindical**. Se considerarmos apenas estes registros, eles já representariam uma significativa necessidade de ampliação das vagas no município, pois 30,77% das crianças até dois anos, 24,02 % das crianças de 2 a 4 anos e 30,21%

das crianças maiores de 4 anos representam o percentual de crianças em relação ao total de procura que não conseguiu vaga.

Em todos os casos, quando há abertura de vagas no decorrer do ano, são seguidas as listas iniciais de inscrição ou são abertas novas inscrições. O item vagas remanescentes indicou um percentual médio de 16,02% de instituições com vagas ociosas nas diferentes faixas etárias, porém a análise deste item exigirá o registro das matrículas iniciais e finais ou registros periódicos.

Os dados analisados até aqui apontam para a necessidade de pesquisas referentes a uma análise histórica da evolução no atendimento em creches e pré-escolas em Santa Catarina e em Florianópolis, além de indicar para a atualização permanente dos dados de atendimento, que possam incluir instituições não cadastradas nas fontes oficiais e crianças com idade superior a 7 anos de idade inseridas em programas de educação infantil, conforme têm indicado recentes pesquisas realizadas no Brasil <sup>15</sup>.

#### **4 Caracterização dos profissionais**

Qualquer caracterização envolvendo profissionais de educação infantil que atuam em creches e pré-escolas exige alguns esclarecimentos. Como já dissemos anteriormente, a caracterização destes espaços educativos com uma qualidade voltada para o atendimento dos direitos e das necessidades infantis ainda permanece um desafio. A identificação do perfil do profissional que aí atua é um fator relevante neste sentido. Talvez seja aqui onde, num panorama nacional, se tornem mais visíveis as divergências encontradas nas instituições educativas responsáveis pela educação e cuidado da criança de 0 a 6 anos.

Os desníveis relativos às exigências de formação e qualificação profissionais são por vezes reveladores das funções e expectativas pretendidas pelas instituições.

No contexto brasileiro podem ser encontrados tanto sistemas que dispensam qualquer formação específica para a atuação direta junto à criança (exigindo apenas alguma formação básica de 1º grau ou menos), como aqueles em que, entre os que atuam, prevalecem os que têm formação em Magistério (nível 2º grau)<sup>16</sup>. De forma contrastante, encontramos também sistemas públicos ou privados (a exemplo do município de Florianópolis) que absorvem profissionais com formação em Peda-

gogia com habilitação específica para atuação na pré-escola ou na educação infantil ( 0 a 6 anos ).

De uma forma ou de outra, o fato é que não existem quadros próprios para atuação na educação infantil, que tenham uma formação voltada para as especificidades da criança de 0 a 6 anos e das instituições voltadas para sua educação em parceria com a família.

As discussões em torno da necessidade de formação dos profissionais e da insuficiência da formação a nível de magistério têm indicado para a busca de alternativas de formação inicial e em serviço, sobretudo para os profissionais de creche<sup>17</sup>.

Nas pré-escolas é maior o número de profissionais habilitados pelas escolas de magistério (de 2º ou 3º grau) que se encontram em atividade. Apesar de ser relativa esta formação, por referenciar-se na maioria das vezes num modelo escolar, não podemos negar a importância de contarmos com profissionais que têm um tempo maior de escolaridade.

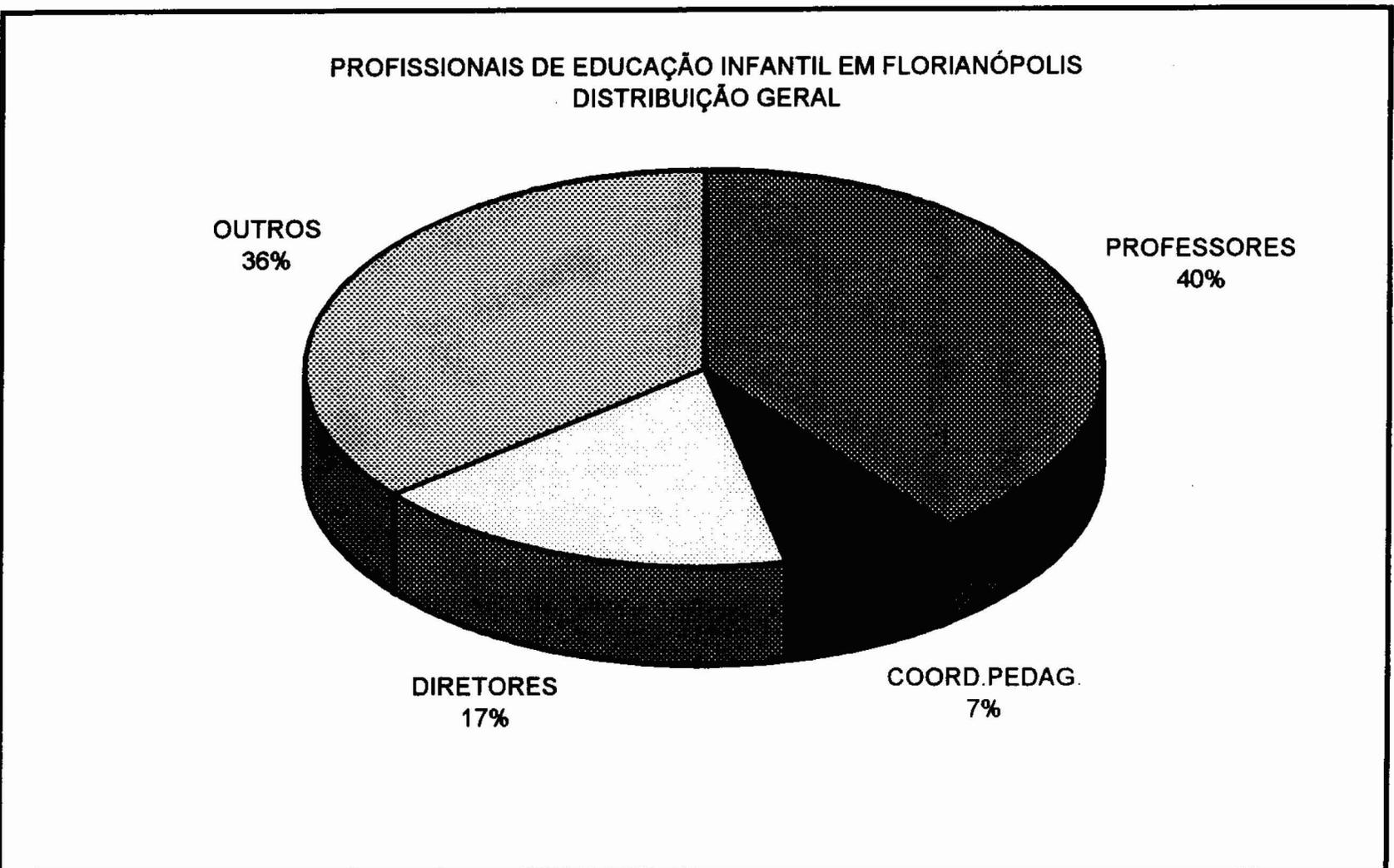
Sabemos que maior formação corresponde a maiores salários e temos muitas vezes sofrido, neste sentido, as conseqüências de políticas de barateamento da educação infantil.

Esta pesquisa levantou dados relativos aos profissionais atuantes nas instituições pertencentes à amostra investigada, compreendendo 464 profissionais em diferentes funções (diretores, coordenadores, professores e outros), caracterizados quanto à formação, tempo de serviço e taxa salarial por faixa etária e dependência administrativa, etc.

Do quadro geral foram pesquisados 34 **Coordenadores pedagógicos** (sendo enquadrados aqui os profissionais que atuam nesta função no nível das unidades); 81 **Diretores**, e **Auxiliares de direção**, 34 **Coordenadores**, 183 **Professores** e 166 entre **Outros profissionais** (que atuam especialmente como auxiliares de sala e de serviços gerais).<sup>18</sup>

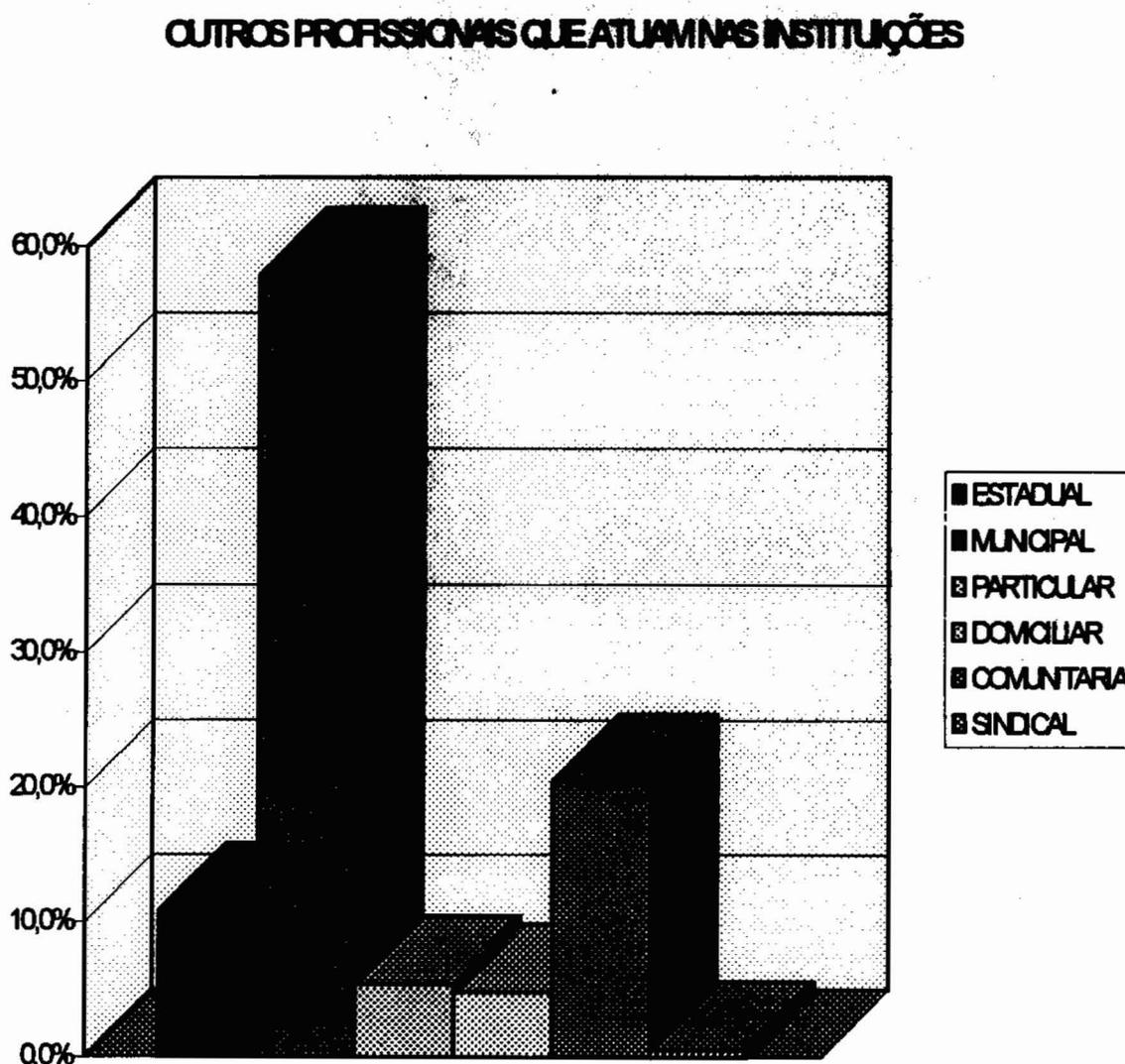
Considerando as categorias profissionais encontradas nas instituições, percebe-se uma aproximação com a organização escolar, principalmente na estrutura administrativa e pedagógica (Diretor, Auxiliar de Direção, Coordenação Pedagógica, Professores e Auxiliares de sala). As principais diferenciações aparecem na estrutura das creches que funcionam em período integral, que incluem, por exemplo, categorias como : cozinheiras, lavadeiras, jardineiro, etc.<sup>18</sup>. Como podemos observar no gráfico abaixo, o segmento **municipal** mantém a maior parte dos **outros profissionais** (57,8%), uma vez que tem um número

Figura 4: Gráfico 8 – Distribuição dos profissionais



significativo de instituições funcionando em período integral, além de incluir em seus quadros funcionais auxiliares de sala para todas as faixas etárias. Apesar dos auxiliares também desempenharem funções diretas junto à criança, diferenciam-se dos professores quanto à exigência de formação, salários e regime de trabalho. Observa-se, por exemplo, nos dados referentes à formação, que entre os **outros profissionais** a formação se concentra em 1º grau incompleto, completo e 2º grau completo e incompleto, havendo ainda parte dos profissionais com nível de 3º grau.

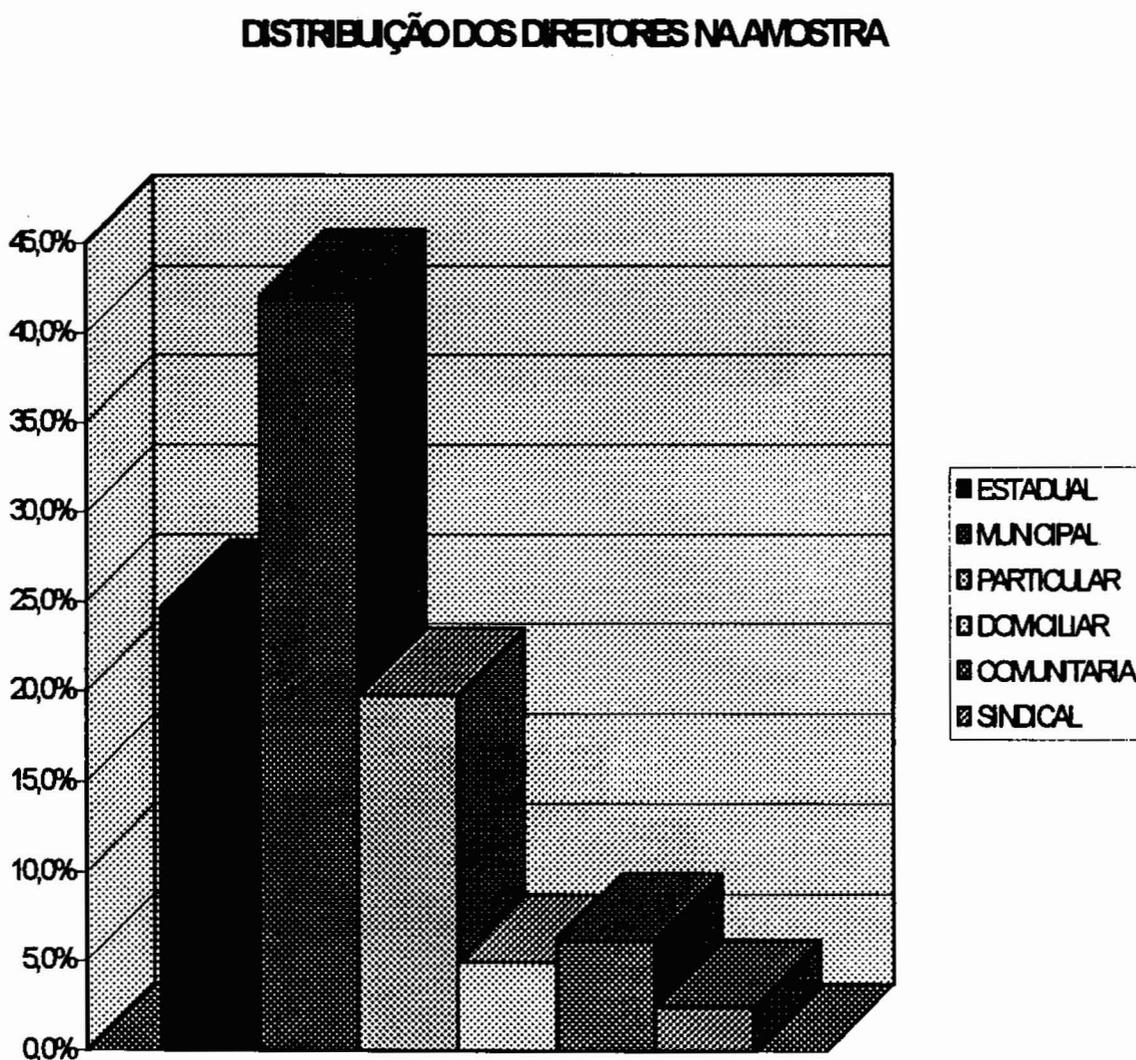
Figura 5: Gráfico 9 – Outros Profissionais



Percebe-se que há um grande número de cargos administrativos ligados à **direção**, com uma média de dois profissionais para cada unidade, distri-

buídos principalmente nos segmentos Municipal (41,98%), Estadual (24,69%) e Particular(19,75%).

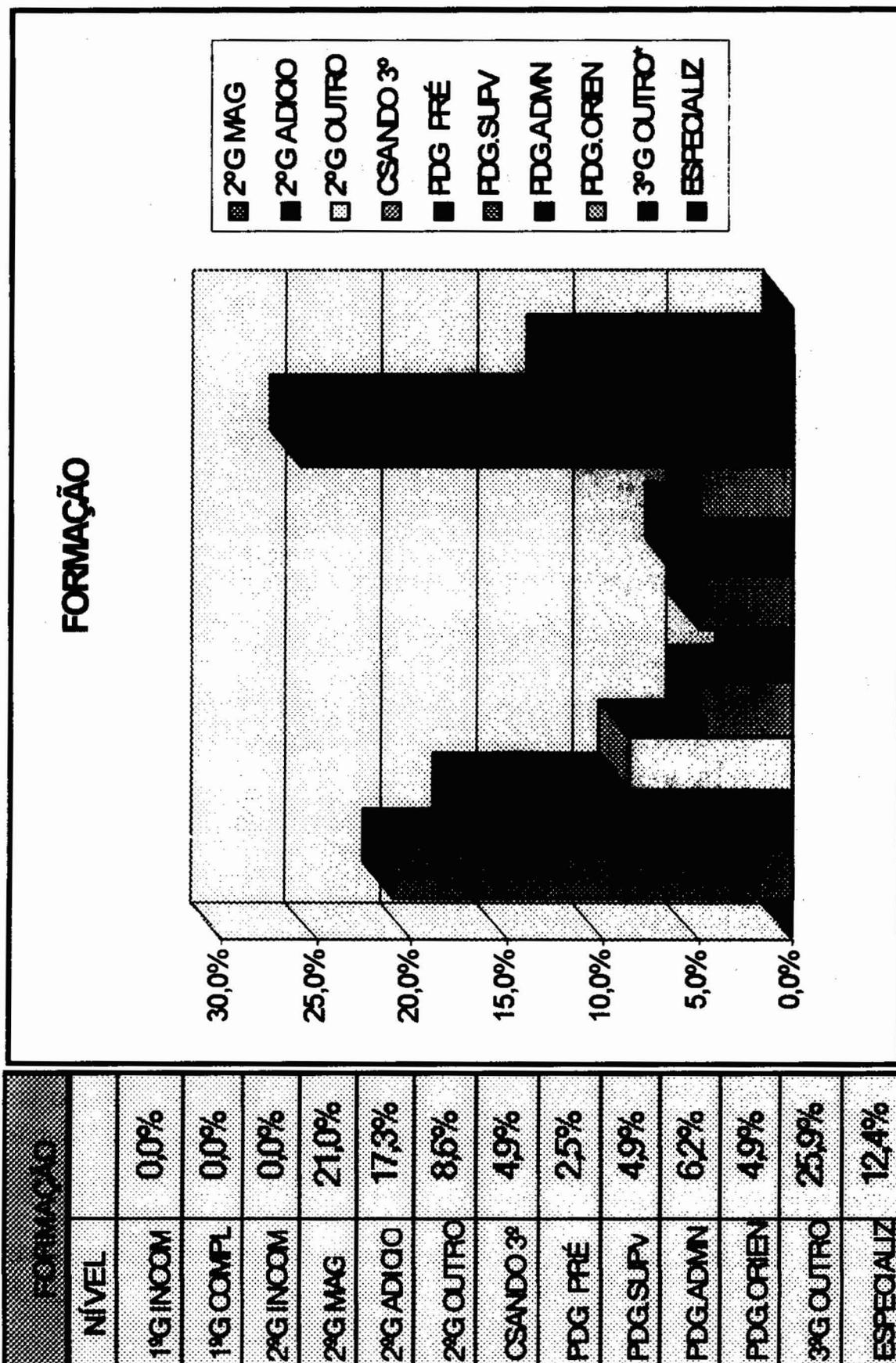
**Figura 6: Gráfico 10 – Distribuição dos Diretores**



Dos diretores, 60,5% atuam há mais de 8 anos nesta função em estabelecimentos escolares, mas apenas cerca de 30% têm esta atuação na educação infantil. Boa parte dos diretores têm, portanto, experiência em educação escolar.

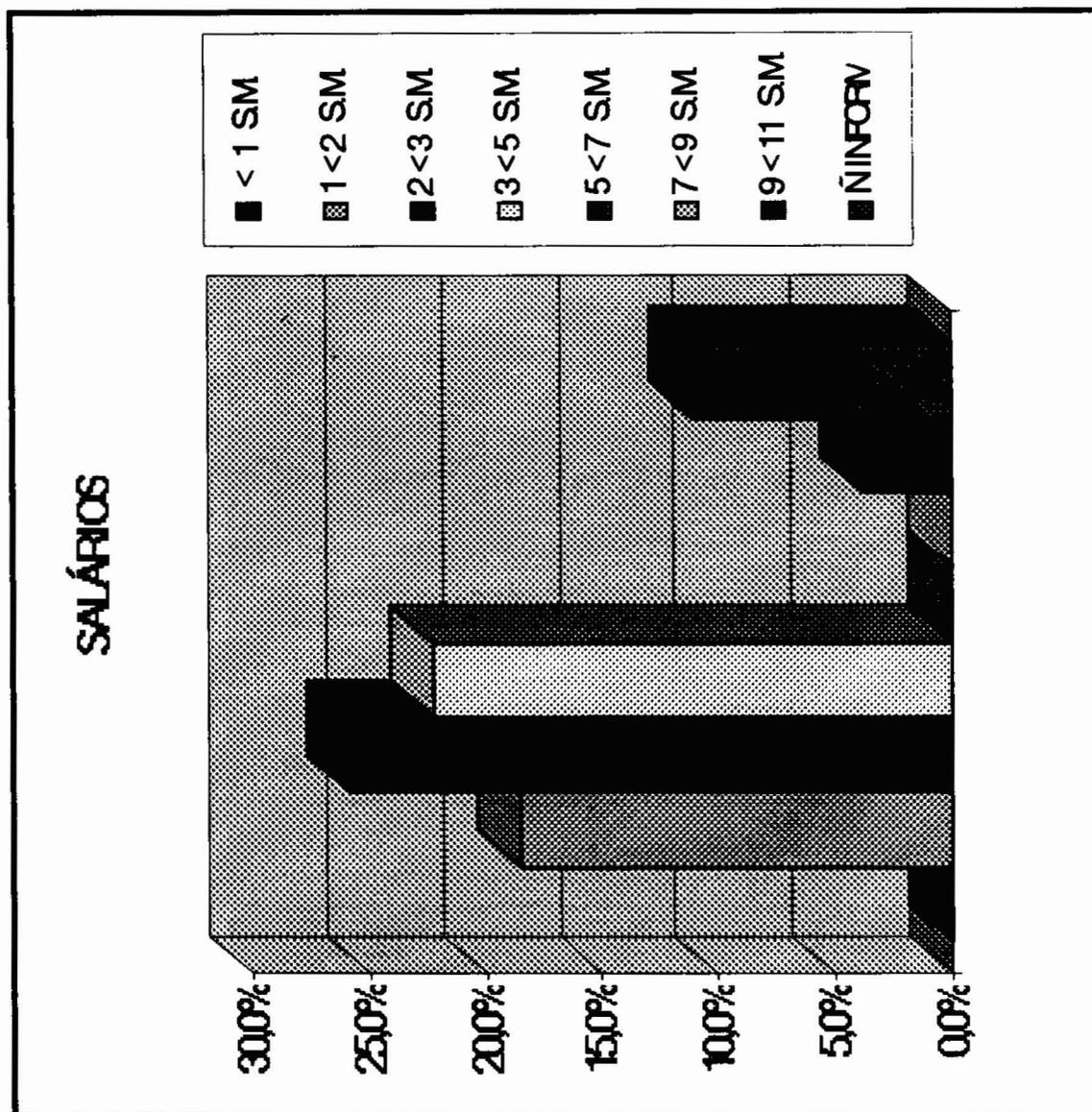
Do quadro geral de formação, 38,27% dos diretores possuem nível de 2º grau com ou sem estudos adicionais e 44,45% têm curso de 3º grau, e outros 12,35% têm nível de pós-graduação/especialização.

Figura 7: Gráfico 11 – Formação dos Diretores



Mesmo tendo em sua maioria (82,72%) uma formação superior ou igual ao 2º grau, os salários dos profissionais da administração concentram-se na faixa de 2 a 5 salários (48,5%).

Figura 8: Gráfico 12 – Salário dos Diretores



SALÁRIO	Nº DE S.M.	PERCENTUAL
< 1 SM	0,00%	
1 < 2 SM	18,5%	
2 < 3 SM	25,0%	
3 < 5 SM	22,2%	
5 < 7 SM	0,1358	
7 < 9 SM	0,0%	
9 < 11 SM	3,7%	
> 12 SM	18,5%	
NINFORM	11,1%	

Figura 9: Gráfico 12 – Distribuição dos Coordenadores

**COORDENADORES PEDAGÓGICOS NA AMOSTRA**

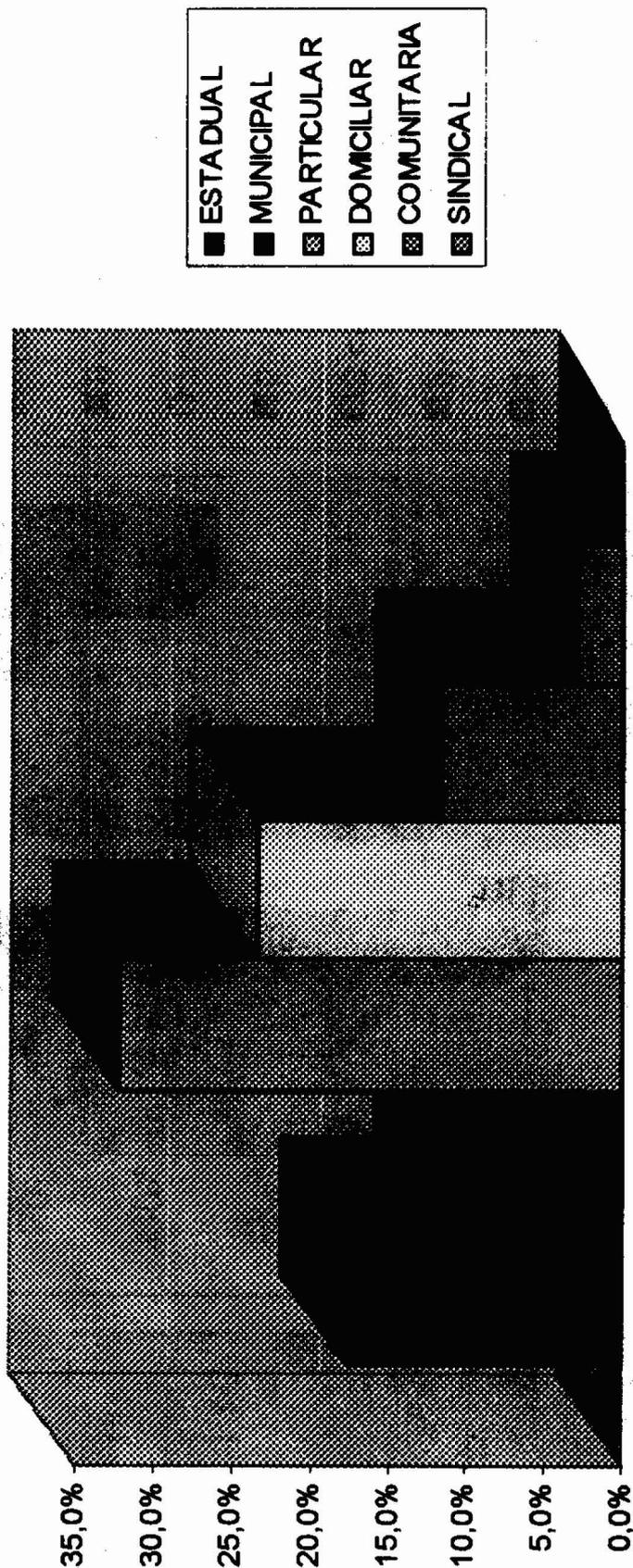
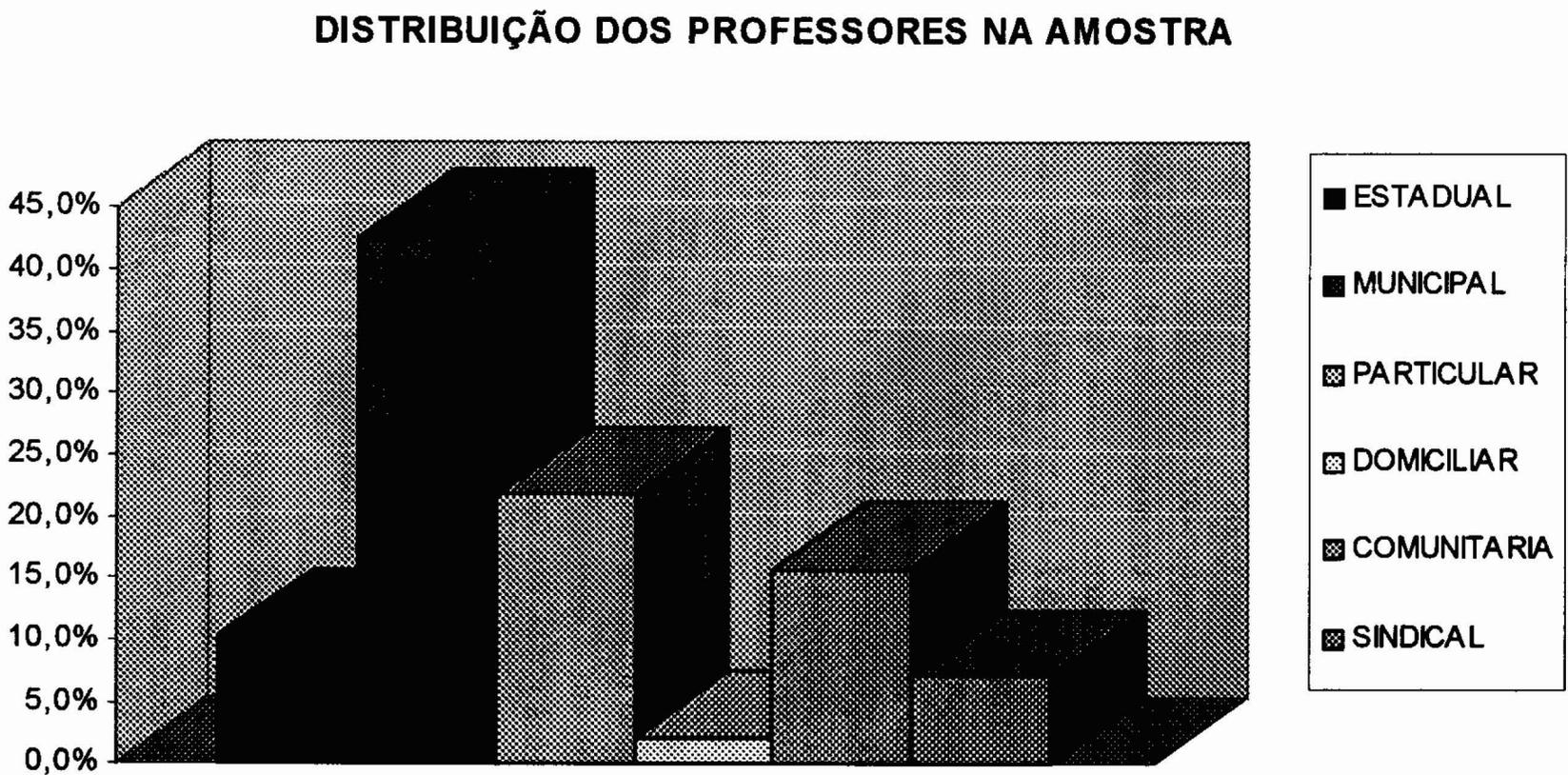


Figura 10: Gráfico 13 – Distribuição dos Professores



Esta faixa salarial pode ser considerada muito baixa se considerarmos que dos 81 profissionais pesquisados, como já dissemos, 60,5% têm um tempo de serviço superior a oito anos.

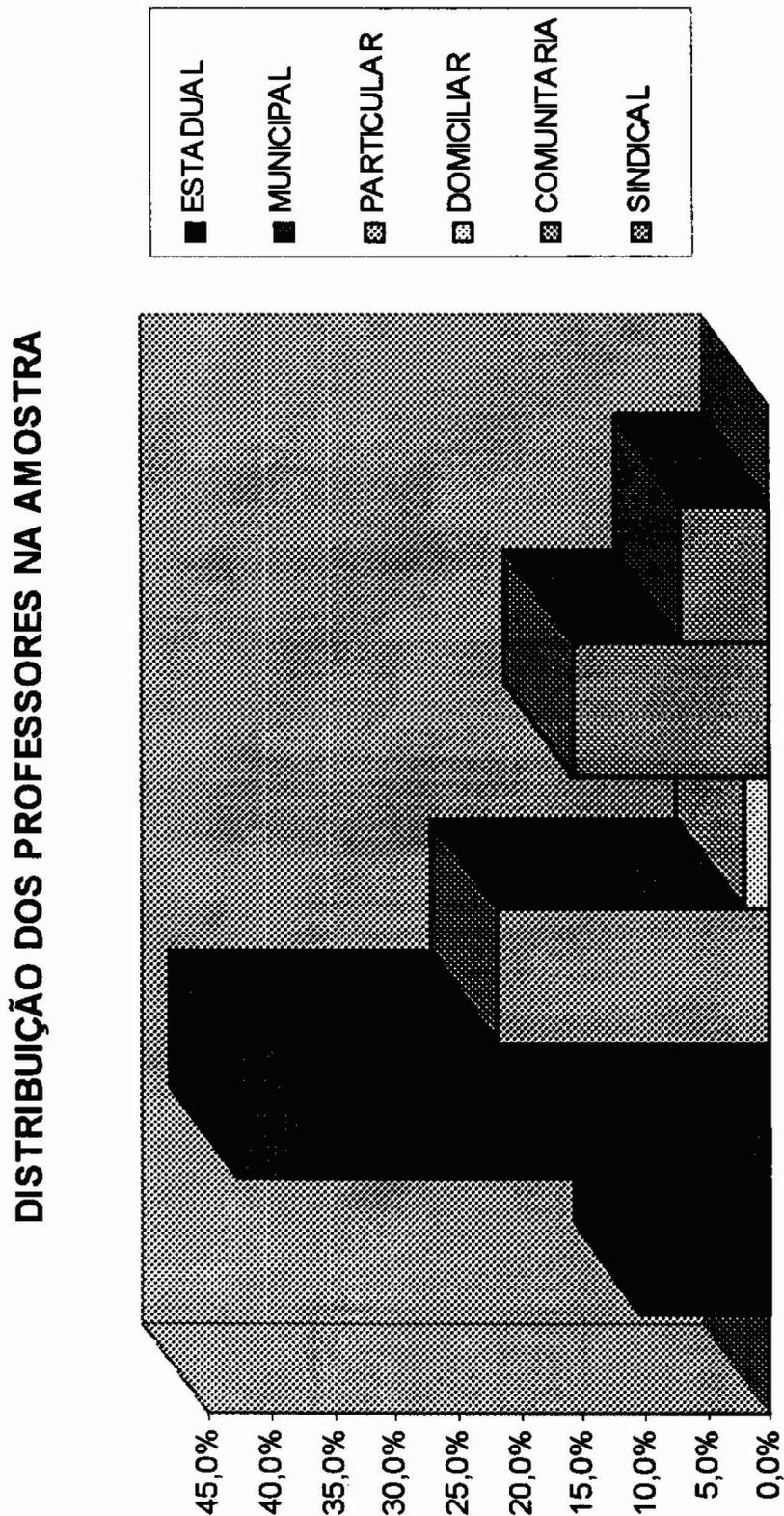
Comparativamente, os profissionais que exercem funções de **coordenação pedagógica** apresentam no quadro geral níveis de formação equivalentes aos de direção: 76,47% dos **coordenadores** têm formação de 3º grau, sendo 67,65% em Pedagogia em suas diversas habilitações. Observa-se, porém, que estes profissionais estão mais presentes no segmento **Particular** (32,35%) e **Domiciliar** (23,53%). Apenas 11,76% das instituições **Municipais** e 17,05% das **Estaduais** contam com este profissional. Cabe esclarecer, no entanto, que no segmento **Domiciliar** esta função é exercida em sistema de rodízio, onde um único profissional é responsável por várias unidades, de tal forma que, como os dados foram colhidos junto à fonte, não significa que cada unidade disponha de um **Coordenador**.

Na categoria **professores**, foram detectados na amostra 183 profissionais que atuam diretamente com a criança, responsabilizando-se pela organização e desenvolvimento do trabalho realizado. Esta tarefa, em geral, é compartilhada com profissionais de apoio direto (como, por exemplo, os auxiliares de sala) ou indireto (cozinheiros, serventes, etc.), que foram aqui agrupados como outros profissionais. As principais distinções entre estes, conforme já especificamos, se dão mais pelo nível de formação, pelo turno de trabalho e pelo nível salarial do que pela função que exercem uns e outros<sup>20</sup>.

De forma geral, em todos os segmentos foram encontrados professores como responsáveis pela atuação junto à criança, assim denominados tendo em vista, principalmente, sua formação e a função que exercem. Podemos constatar no quadro abaixo que quase a totalidade do universo tem formação de magistério (2º grau) ou equivalente (3º grau) na área da educação.

Vale ressaltar que, dos profissionais que atuam como professores apenas com nível de 1º grau, sem qualquer formação específica, a maioria concentra-se no segmento **Domiciliar** (100% deste segmento), havendo ainda 10% dos professores no segmento **Particular**, e apenas casos esparsos no segmento **Sindical** e **Municipal**. A admissão de profissionais sem qualquer formação na área educacional ocorre apenas nestes segmentos, cujos salários estão entre 1 e 2 salários mínimos.

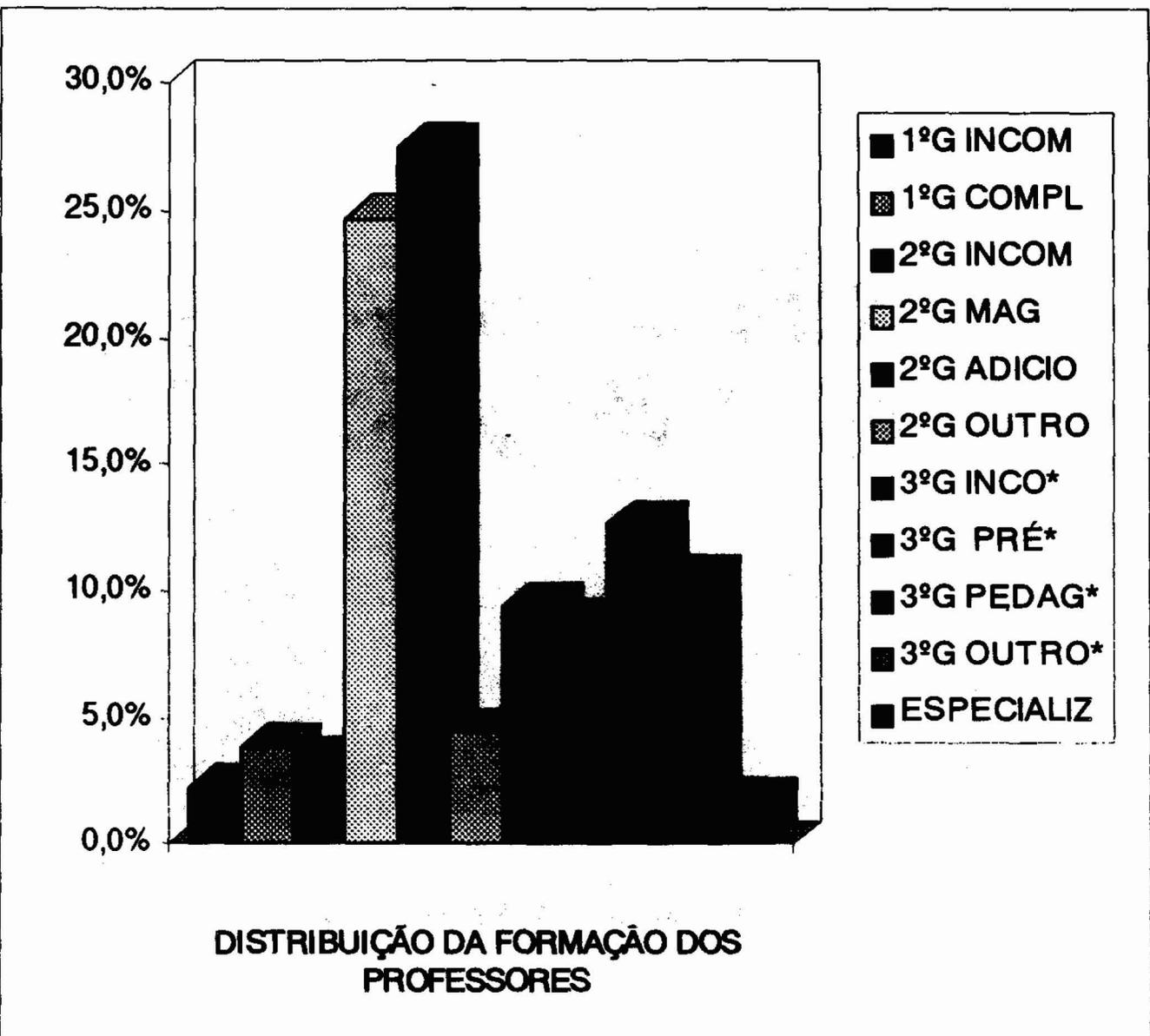
Figura 11: Gráfico 14 – Formação dos Professores



Relacionados à formação geral dos professores estão os fatores: vínculo empregatício e salários.

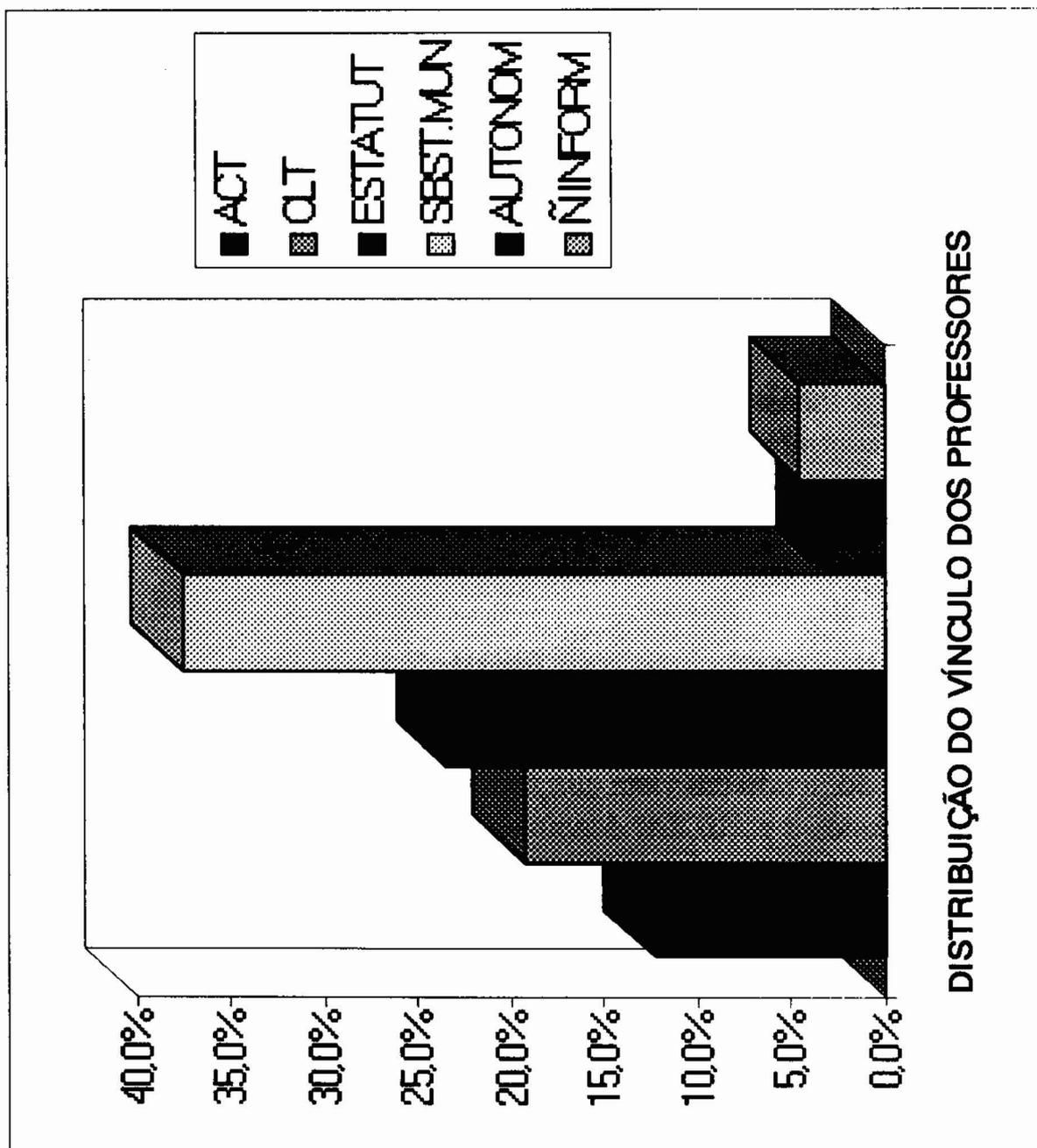
Figura: 12 Gráficos 15 e 16 – Salário e Vínculo dos Professores

Gráfico 15



FORMAÇÃO	
NÍVEL	
1ºG INCOM	2,2%
1ºG COMPL	3,9%
2ºG INCOM	3,3%
2ºG MAG	24,7%
2ºG ADICIO	27,5%
2ºG OUTRO	4,4%
3ºG INCO*	9,3%
3ºG PRÉ*	8,8%
3ºG PEDAG*	12,6%
3ºG OUTRO*	10,4%
ESPECIALIZ	1,7%

Gráfico 16



VÍNCULO EMPREGAT	
TIPO	
ACT	12.3%
CLT	19.3%
ESTATUT	23.4%
SBST.MUN	37.5%
AUTONOM	3.0%
ÑINFORM	45%

Observa-se que os salários de 90,16% dos professores pesquisados situam-se na faixa até 5 (cinco) salários mínimos, sendo que 56,28% dos professores recebem até 2 salários mínimos, correspondentes a um período (4 horas) de trabalho por dia. Do total, 68,31% dos professores atuam em regime parcial.

Deve-se destacar que cerca da metade dos profissionais professores (49,18%) têm vínculo empregatício provisório, seja como “substituto” ou “contratado”. Em regime CLT, ou como estatutário, vinculam-se 43,73% dos professores.<sup>21</sup>

Os profissionais do segmento **Domiciliar** são todos autônomos e não têm contratos de trabalho, além de trabalharem em período integral e atenderem a todas as faixas etárias (0 a 6 anos).

Para a contratação dos profissionais, apenas instituições domiciliares e comunitárias declararam não utilizar critérios de seleção para ingresso, as demais se valem de processos seletivos como concursos públicos, entrevista, etc.

## **5 O trabalho realizado nas instituições**

Em relação à organização e orientação dadas ao trabalho realizado pela instituição, tendo em vista sua ação junto à criança, foram também levantados dados a partir dos depoimentos do responsável pela unidade, relativos à realização de reuniões pedagógicas e reuniões com pais, a atividades de aperfeiçoamento e ainda aos métodos adotados e à utilização de livros didáticos.

Num segundo momento foram registradas as atividades de rotina em uma turma de cada faixa etária existente na instituição, a partir dos depoimentos da direção ou coordenação pedagógica e dos profissionais que atuam diretamente com a criança/ em relação a tempo, espaço e atividades materiais. Não foram realizadas observações para este registro.

Considerando que todo o trabalho pedagógico exige uma organização coletiva e uma afinidade de objetivo e ações, foram levantadas em primeiro lugar informações relativas às oportunidades de reuniões dos envolvidos na educação da criança, e ainda à frequência das atividades de aperfeiçoamento, ou seja, de formação em serviço.

Nestes aspectos, verificou-se que quase a totalidade das instituições (51,28%) realiza mensal ou bimestralmente, reuniões pedagógicas, sendo

estas, portanto, atividades sistemáticas para a organização do trabalho. Da mesma forma, as reuniões de pais sofrem uma sistematicidade semelhante. Embora não tenham sido levantados os conteúdos das reuniões, observa-se que há, de modo geral, a intenção para a realização dessas atividades.

Já o quadro geral relativo à forma de frequência das atividades de aperfeiçoamento mostra que em 41,03% dos casos esta frequência é espontânea (depende de iniciativa dos profissionais), e em cerca de 30% é obrigatória pela instituição, podendo inclusive ser prevista em calendário, especialmente nos sistemas públicos municipal, estadual e particular.

## 5.1 Os métodos pedagógicos

Nas instituições pesquisadas percebe-se uma preocupação com a unificação na forma de atuação (ou método pedagógico), principalmente naquelas vinculadas aos sistemas públicos, onde 50% das instituições estaduais e 56,25% das municipais declararam adotar uma mesma orientação para todas as turmas e faixas etárias, descritas como: Construtivismo ou proposta construtivista ou linha construtivista – Piaget/Emilia Ferreiro; e Interacionismo (Piaget e Vygotsky). Entre as Estaduais é comum a afirmação de que estão implantando, ou pretendem implantar uma metodologia “dentro da proposta” curricular do Estado.

De forma geral, em relação ao método utilizado, observamos a tendência a uma forma única: 48,72% do total das instituições, em contraposição a 23,08% que declaram adaptar vários métodos (de forma eclética). Apenas em 15,38% o professor tem liberdade para atuar da forma como lhe aprouver. Observa-se, portanto, que há ainda uma idéia prevalecente de “método único”, que não prioriza a autonomia profissional ou considera como fundamental as diferenças dos contextos educativos quanto a grupos etários, cultura, etc.

No segmento Municipal, apenas uma instituição reconhece não ter uma linha de trabalho definida, e outra declara estarem trabalhando em conjunto para definir uma proposta político-pedagógica para a instituição.

Muitas vezes as descrições relativas à forma ou à orientação dada ao trabalho limitam-se a uma denominação geral (construtivismo, interacionismo, etc), sem revelar uma maior clareza quanto ao seu significado, tanto no sentido teórico, como em relação às implicações práticas

envolvidas nestas definições. Podemos afirmar ainda que as descrições apresentadas pelas instituições não permitem identificar a forma como se realiza de fato o trabalho pedagógico.

Ainda em relação a uma orientação pedagógica unificada, foi constatado, contrariamente, que a maioria das instituições (64,08%) não adota livros, apostilas ou qualquer tipo de material padronizado para as crianças das classes de educação infantil. Apenas 5,13% das instituições, entre **Estaduais e Comunitárias**, declararam adotar estes procedimentos, e apenas uma instituição na categoria **Particular** declara a utilização rotineira de livro didático. Sabe-se, no entanto, que esta é uma prática comumente observada, sobretudo em pré-escolas, dado este que apenas poderia ser verificado através de observações diretas. Na descrição das rotinas que comentaremos a seguir, são descritos materiais extremamente diversificados para uso da criança.<sup>22</sup>

## **5.2 As rotinas diárias**

Uma análise das rotinas realizadas permite constatar uma tendência geral no desenvolvimento de rotinas que privilegiam uma divisão de tempo fixo e constante. O tempo é geralmente dividido de forma a marcar a hora da “atividade pedagógica” desenvolvida freqüentemente nos intervalos maiores entre as refeições/higiene. As “atividades pedagógicas” foram geralmente descritas como aquelas que se desenvolvem utilizando papéis como base e mesinhas como apoio. Freqüentemente este tempo é utilizado para estas “atividades de mesa”. Porém há uma grande diversidade de atividades descritas como pedagógicas, tais como: teatro, música, histórias, brincadeiras, jogos, etc. realizadas, inclusive, simultaneamente. Não poderíamos fazer aqui qualquer afirmativa termos gerais, já que este aspecto não foi acompanhado de processos observacionais.

O tempo de atividade em espaço externo ou outros espaços fora da “sala de aula ” ocupa sempre a menor parte do tempo total, seja nas instituições de período parcial como nas de período integral. Mesmo havendo uma extrema variação no tempo das atividades realizadas em espaço externo ou interno (de quinze minutos a duas horas e meia, em instituições que funcionam quatro horas), as instituições onde o tempo de atividades externas supera o tempo com atividades realizadas nos espaços internos são uma exceção à regra geral nas rotinas registradas.

Nas instituições de tempo integral, onde o tempo de permanência da criança varia de dez a doze horas diárias, o tempo de atividades internas é em média de 9:15 (nove horas e quinze minutos).

Outro aspecto geral relativo à rotina refere-se ao tempo de que as crianças dispõem para convívio coletivo (não separadas por “turmas”) ou em grupos etários. Há uma forte tendência para o tempo de convívio em grupos coetâneos, sendo geral entre as instituições de período parcial, onde as crianças permanecem todo o tempo interno agrupadas por faixa etária em suas “salas de aulas”. Já nas instituições de tempo integral, as atividades coletivas parecem ser privilegiadas, ocupando entre 25% e 35% do tempo de permanência na instituição.

Estes dados nos levam a concluir que as pré-escolas de período parcial tendem mais a seguir um modelo escolar, na organização de sua rotina, enquanto que as instituições que funcionam em período integral e que incluem atendimento de crianças de 0 a 3 anos (ou de 0 a 6 anos) apresentam diferenciações, abrindo maior espaço de tempo para atividades ao ar livre e de convívio coletivo.

## **6 Resultados e conclusões**

De uma forma geral, o desenvolvimento desta pesquisa permitiu conhecer algumas características dos serviços de Educação Infantil no município de Florianópolis, que já foram apresentadas no decorrer do relatório e que serão aqui brevemente retomadas.

Além disso, gostaríamos de enfatizar o fato de que o seu desenvolvimento propiciou a organização de um grupo de pesquisadores/professores em torno do tema, favorecendo o debate e, sobretudo, a ampliação dos horizontes das pesquisas desenvolvidas neste campo, no Centro de Educação da UFSC.

Por outro lado, a avaliação dos limites e possibilidades dos procedimentos metodológicos utilizados nesta primeira experiência de caracterização realizada pelo Núcleo serviu de base para o aperfeiçoamento de novos estudos diagnósticos e/ou atualização do levantamento inicial.

A análise dos dados coletados permite apresentar algumas conclusões e tendências sobre as instituições educativas para crianças de 0 a 6 anos em Florianópolis.

Em relação às características gerais do atendimento, podemos concluir que quanto maiores são as crianças (nesta faixa de 0 a 6

anos), maiores são os índices de atendimento. Acompanhando uma tendência nacional, as pré-escolas (especialmente o último ano anterior à escola de 1º grau) chegam a cobrir, em Florianópolis, um índice relativo a 66,58% da população entre 5 e 6 anos de idade (IBGE/1991/MEC/CPS/SEEC).

Em relação aos índices gerais de atendimento, os dados obtidos partir da amostra desta pesquisa chegaram a um percentual de 37,6%, comparativamente a 40,44% dos dados oficiais de 1991. Esta variação pode estar indicando um decréscimo nos índices dos últimos três anos. Qualquer afirmação neste sentido exigirá um levantamento da evolução do atendimento junto às fontes no período entre 1991 e 1994.

Quanto às diferenciações de atendimento por faixas etárias e nas diferentes instituições, foram observadas algumas tendências: – a modalidade **estadual** concentra-se na faixa etária de 4 a 6 anos; por estar próximas a escolas e funcionar como antecipação da escolaridade; – os segmentos que mais atendem crianças menores de 4 anos são aqueles que supostamente estão mais próximos dos interesses da população (**domiciliar/sindical/particular**); o segmento **municipal** apresenta o maior atendimento, chegando a 47,4% do universo da amostra, e expressando iniciativa e decisão do poder municipal em manter e expandir a educação infantil no município nos últimos anos. Apesar disso, a faixa etária de 0 a 3 anos de idade permanece com um atendimento de 5,5% do total das crianças atendidas. Todavia, qualquer afirmativa no sentido de alertar para esta insuficiência teria que prever uma estimativa de demanda real, uma vez que a totalidade da população que tem este direito pode não pretender o acesso.

Os critérios de seleção de crianças mais utilizados para matrícula nas instituições, quando há falta de vagas, são a avaliação sócio-econômica (**municipal e comunitária**) e a inscrição por ordem de chegada (**estaduais, domiciliares e particulares**).

Em relação à caracterização dos profissionais, podemos dizer que há uma tendência geral em contratar profissionais com formação na área da educação para atuarem em funções docentes, ou seja, para assumirem a organização e o trabalho direto junto aos grupos infantis nas creches ou nas pré-escolas. Na maior parte dos casos esta função é assumida por **professores** com formação de 2º ou 3º graus. Profissionais com formação de 1º grau (completo ou incompleto) são admitidos ape-

nas no segmento DOMICILIAR, ou para assumirem funções de auxiliar de sala (ou atendente), atuando conjunto com os professores.

Apesar desta tendência, mais da metade (56,28%) dos profissionais em funções docentes recebem até dois salários mínimos, atuando em sua maioria em regime parcial. Isto nos leva a crer que para o profissional de educação infantil o salário não seja a renda principal na família, e sim uma complementação dessa renda.

Esta pesquisa também possibilitou algumas indicações sobre o trabalho realizado nas instituições. São realizadas reuniões mensais ou bimestrais com o conjunto dos profissionais e com os pais. Já em relação à formação em serviço, não foram declarados processos sistemáticos para a realização de atividades formativas; na maior parte das vezes fica a cargo dos profissionais a busca e o desenvolvimento destas atividades. Uma preocupação mais explícita com a formação permanente dos profissionais é indicada por 30% das instituições que, inclusive, incluem em seu calendário anual um período próprio para este fim.

Quanto ao trabalho pedagógico desenvolvido, as instituições tendem a definir-se por uma orientação/ação única. Nos sistemas públicos municipal e estadual, por exemplo, mais de 50 % das unidades pretendem um único método para atuação em todas as turmas e faixas etárias da instituição.

Do conjunto geral das instituições, apenas 15,30% afirmam terem os professores liberdade para atuar da forma como lhes aprouver.

Sempre que foram descritos os métodos utilizados, estes foram denominados como construtivistas, ou construtivismo, ou linha interacionista, etc, e limitaram-se a esta identificação, sem demonstrar uma maior compreensão teórica, bem como a prática que envolve estas definições.

Dados relativos à organização da rotina nos levam a concluir que as pré-escolas de período parcial tendem mais a seguir um modelo escolar na sua organização, enquanto que as instituições que funcionam em período integral, e que incluem crianças de 0 a 3 anos apresentam diferenciações, abrindo maior espaço de tempo para atividades ao ar livre e de convívio coletivo.

## **7 Recomendações**

Conforme já havíamos indicado nas conclusões, a partir deste levantamento abrem-se novas demandas de pesquisa nesta área, seja em caráter

de complementação e aperfeiçoamento das informações obtidas até aqui, seja em forma de aprofundamento em relação a aspectos qualitativos.

A primeira parte de pesquisa aponta para a necessidade da atualização das informações e do levantamento da evolução no atendimento desde 1991. Para esta atualização serão necessários alguns ajustes nos instrumentos de coleta que ampliem e aperfeiçoem algumas das informações: – a faixa etária não deverá ser pré-definida, mas coletada na fonte, observando-se a possibilidade de que haja crianças maiores de 6 anos de idade matriculadas em creches ou pré-escolas; – as informações devem ser identificadas pelo período de sua coleta (matrícula inicial ou matrícula final); em relação aos profissionais, o levantamento deverá prever uma coleta das informações a partir do quadro funcional de cada instituição que possibilite uma totalização do número absoluto dos profissionais e uma especificação generalizada das diversas funções que compõem a organização da creche e da pré-escola, assim como deverão ser levantados os salários e “regime de trabalho” de todas as categorias existentes, e ainda incluir registros fotográficos e plantas baixas das instituições.

Recomenda-se, ainda e prioritariamente, o desenvolvimento de linhas de pesquisa que contemplem :

- **O Histórico e as Políticas da Educação Infantil**, possibilitando traçar a trajetória histórica da educação infantil no Estado e nos Municípios e o contexto político de seu desenvolvimento;
- **A identidade e a formação do profissional de Educação Infantil**, favorecendo o amadurecimento das discussões sobre o assunto, retratando e investigando alternativas de formação regular e em serviço para a área;
- **Teoria e Prática Pedagógica**, permitindo explorar as possibilidades de práticas educativas de qualidade em creches e pré-escolas.

Esta pesquisa suscitou igualmente a necessidade de desenvolvimento de investigações relativas à relação creche/família; à especialização profissional na creche e na pré-escola; às relações entre a educação infantil e a escola de 1º grau, a estudos de demanda, etc.

Noutro sentido, não poderíamos deixar de alertar para uma urgente definição de políticas de valorização de recursos humanos, via formação, profissionalização, carreira e salário dos profissionais, sob pena de vermos retroceder os ganhos de qualidade já obtidos e a obter.

profissionalização, carreira e salário dos profissionais, sob pena de vermos retroceder os ganhos de qualidade já obtidos e a obter.

Para chegarmos a uma compreensão mais abrangente da atuação da educação infantil na creche e na pré-escola, consideramos ainda pertinente o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem cruzamentos relativos à área da saúde, nutrição, arquitetura e construção, etc, aspectos igualmente envolvidos na garantia de serviços de qualidade para a criança de 0 a 6 anos.

Para encerrar, gostaríamos de alertar que todo o esforço de ampliação dos serviços deve levar em conta o atendimento aos direitos fundamentais da criança, um direito assegurado constitucionalmente e que deve ser oferecido incondicionalmente às crianças brasileiras de 0 a 6 anos de idade.

## Notas

1. O Projeto do Senador Darcy Ribeiro não contempla esta dimensão, secundarizando a garantia do direito constitucional. Vale dizer que este projeto acabou sendo aprovado pelo Congresso em dezembro de 1996.
2. Utilizaremos os termos “creche” e “pré-escola” para referirmo-nos, respectivamente, à educação infantil na faixa etária de 0 a 3 anos e à educação infantil de 4 a 6 anos, independente do regime de funcionamento das instituições onde se dão essas atividades.
3. Ver recente publicação do MEC/SEF/COEDI, de autoria de Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg : *Crerios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*, 1995.
4. Grupo de participantes da pesquisa:

### Pesquisadores

Eloisa Acires Candal Rocha – (MEN) – Coordenadora

João Josué da Silva Filho – (EED) – Vice-Coordenador

Ana Beatriz Cerisara – (MEN)

Diana carvalho de carvalho – (MEN)

Luciana Esmeralda ostetto – (MEN)

**Pesquisadores Auxiliares**

**Mestrandos:**

Ana Cristina Coll Delgado – (Educação/TPP)

Ana Cristina Luz – (Educação/TPP)

Deborah Thomé Sayão – (Educação/TPP)

Maria Aparecida Maistro – (Educação/TPP)

**Professoras do NDI:**

Eloisa Raquel de Oliveira

Giandréa Reuss Strenzel

Sônia Maria Jordão

Virgínia do S. Messina

**Alunas de Graduação**

Andréa Simões Rivero – (Pedagogia)

Lilian Cristina Luz – (Pedagogia)

Nelzo Flor – (Pedagogia)

Sônia Alves – (Pedagogia)

5. Permeando essas três partes do levantamento, como um pano de fundo, buscamos realizar, também, uma investigação dos aspectos sócio-econômicos do município, principalmente aqueles que nos ajudam a iluminar a percepção de como se dá educação infantil neste contexto.
6. Desse levantamento decorreu um estudo exploratório para registro das rotinas diárias das instituições (30) com o objetivo de orientar sub-projetos para aprofundamento desse projeto (ver item 3/rotina).
7. Atualmente são dez (10) projetos de pesquisa em andamento no NEE0A6 (Ver quadro /anexo).
8. Embora a Constituição Nacional tenha definido creche como a educação das crianças de 0 a 3 anos e pré-escola de 4 a 6 anos, veremos que a distinção, muitas vezes, é feita em função do regime de atendimento (integral ou meio período) e função que exerce (mais voltada para a assistência ou para a escolarização). Na pesquisa em pauta os dados foram coletados com base em três níveis de faixas etárias: 0 a 2 anos; 2 a 4 anos e 4 a 6 anos (que foram os agrupamentos mais comuns surgidos no estudo exploratório, independente da denominação).

9. O termo docente foi aqui utilizado na falta de uma melhor denominação para determinar o trabalho educativo realizado na instituição, de acordo com o relato dos profissionais responsáveis.
10. O “histórico” problema da precisão dos dados de creches e pré-escolas foi apresentado nos trabalhos de FERRARI (1980) e ROSEMBERG, F. (1989).
11. Nesse documento o termo “pré-escola” está sendo usado genericamente para todo o atendimento de 0 a 6 anos.(MEC/1994).
12. Os dados coletados na amostra diretamente na instituição via Módulo 1 (ver anexo): “Perfil da Instituição” tiveram um tempo de aplicação que variou geralmente entre os anos de 1993 e 1994. Os dados oficiais referem-se ao ano de 1991.
13. Não foram registradas nas instituições da amostra, nem no cadastro geral levantado inicialmente, instituições – creches e/ou pré-escolas – mantidas por empresas: EMPRESARIAIS.
14. Uma das pesquisas em andamento hoje no NEE0A6, busca esclarecer a posição dos professores e/ou auxiliares nas creches.
15. Ver Rosemberg, F. e Pinto, Regina P. “Educação Infantil e raça” – Resumos da 18ª reunião da ANPED, Caxambu/MG – Belo Horizonte, setembro de 1995.
16. Ver MEC/SET/COEDI, **Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil**. Brasília – 1995.
17. Ver MEC, 1995 – **Por uma Política de Formação do Profissional de creche**.
18. Na categoria professores foram considerados os número de **funções docentes** em atuação, podendo um mesmo professor ter até duas funções (manhã e tarde) . Nas demais categorias, tendo em vista o regime de trabalho, o cômputo foi feito com base no número absoluto dos profissionais.
19. Entre os **Outros Profissionais** foram encontrados também professores de Educação Física, que atuam periodicamente nas instituições e que não foram considerados no quadro das funções docentes. Com objetivo de investigar melhor a presença destes nas

creches e pré-escolas, encontra-se em desenvolvimento a pesquisa de Mestrado de Débora T. Sayão, intitulada: "O Movimento Humano na Educação Infantil".

20. Um projeto de pesquisa desenvolvido pela profa. Sônia Jordão (1995) está investigando a relação entre os profissionais professores e auxiliares de sala, no sentido de aprofundar a compreensão da mesma.
21. No segmento **Municipal** este quadro deve ter sido recentemente alterado, pois temos a notícia de concurso público realizado no 2º semestre de 94, para provimento de cargos na pré-escola.
22. Os materiais diversificados variam de papéis/ lápis a jogos diversos, fantasias, brinquedos, sucatas, livros de história, etc.

### **Referências bibliográficas**

**BRASIL. MEC, SEB. Estilos de oferta da educação pré-escolar: subsídios para um perfil. Brasília, DF. 1989.**

**BRASIL. MEC, SEF, COEDI. Política Nacional de educação infantil. Brasília, 1993.**

\_\_\_\_\_. **Educação infantil no Brasil: situação atual. Brasília, 1994.**

\_\_\_\_\_. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília, 1995.**

**BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federal do Brasil. 1988.**

**CAMPOS, M.M. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo: Cortez, 1993.**

**FREITAS, L. C. Em direção a uma política para a formação de professores. Em Aberto. Brasília, ano 12, n.54, abr./jun. 1992.**

**OLIVEIRA, Z. de M.; MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; FERREIRA, Maria Clotilde R. Creches: Crianças, faz de conta e cia. Rio de Janeiro, Vozes, 1992.**

\_\_\_\_\_. (org.). **Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1994.**

**ROSEMBERG, Fúlvia. Indicadores sócio-demográficos de crianças de 0 a 6 anos no Brasil. R.B.C.D.H.1 (1). 1991.**

\_\_\_\_\_. (org.). **Creche**. São Paulo, Cortez, 1989. Col. Temas em Destaque.

\_\_\_\_\_. **Educação infantil e raça**. 18. Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta.(org.). **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo, Cortez, 1994.

ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Lenira. **A rede de creches no município de São Paulo**. São Paulo, DPE/PCC, 1991.